



Anais da Assembléia

Nº 137

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 17 DE OUTUBRO DE 1995

ANO XXI

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY
Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK
1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN
2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CARLOS MARTINS
1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA
2º - Secretário - PFL

EDGARD BUENO
3º Secretário - PSDB

JOÃO TECHI
4º Secretário - PPR

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Governo	Deputado ALGACI TÚLIO
PDT	Deputado VALDIR LUIZ ROSSONI
PMDB	Deputado CAÍTO QUINTANA
PFL	Deputado ÉLIO RUSCH
PT	Deputado ÂNGELO VANHONI
PP	Deputado SÉRGIO SPADA
PPR	Deputado CÉSAR SELEME
PSC	Deputado JOCELITO CANTO
PTB	Deputado NELSON JUSTUS
PSDB	Deputado CEZAR SILVESTRI

Representação Partidária

PMDB – 12: Orlando Pessuti - José D. Mattos do Amaral - Cleiton Kielse - Nereu A. de Moura - Renato G. Adur - Ricardo Chab - Caíto Quintana - José Maria Ferreira - Celso Samis da Silva - Toti Colaço - José Tavares S. Neto - Luiz Cláudio Romanelli; **PP** – 10: Albanor J. F. Gomes - Dullio Genari - Irondi Pegliesi - Geraldo Cartário Ribeiro - Antonio Annibelli - Sérgio Spada - Augustinho Zucchi - Joel G. Coimbra - Neivo Beraldin - Edson Silva Lino; **PDT** – 10: Algaci Tulio - Antonio Belinati - Luiz Carlos Martins - Luiz Carlos Zuk - Luiz R. Accorsi Motta - Edno Guimarães - Valdir Rossoni - Milton J. Pupio - Nelson Tureck - Walmor Trentini; **PTB** – 06: Luiz Carlos Alborghetti - Marcos Alves - Anibal Khury - Nelson Justus - Eduardo Trevisan - Hermas Brandão; **PFL** – 06: Carlos Simões - Nelson Garcia - Reny Borsato - Élio Lino Rusch - Plauto Miró Guimarães - Basílio Zanusso; **PT** – 05: Emerson Nerone - Irineu Mário Colombo - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha) - Péricles H. Mello - Angelo Vanhoni; **PSDB** – 03: Edgar Bueno - Beto Richa - Cezar Silvestri; **PPR** – 02: João T. Filho - César A. Seleme; **PSC** – 01: Jocelito Canto.

1.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 13.^a LEGISLATURA
ATA DA 101.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 17 DE OUTUBRO DE 1995
(TERÇA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, secretariada pelos Senhores Deputados Luiz Carlos Martins e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgard Bueno, Techy Filho, Albanor Gomes, Algaci Túlio, Ângelo Vanhoni, Antônio Belinati, Antonio Annibelli, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caíto Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Élio Rusch, Emerson Nerone, Geraldo Cartário, Irondi Pugliesi, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, José Tavares, Jocelito Canto, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Romanelli, Milton Puppio, Nelson Justus, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Remy Borsatto, Ricardo Chab, Sâmias da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (52). Achando-se ausentes os Senhores Deputados: Irineu Colombo e José Marcos Alves (02).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede a leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Ofício:

Curitiba, 17.10.95.

Senhor Presidente.

Tem o presente a finalidade de informar a Vossa Excelência, minha desfiliação do Partido Progressista.

Sem mais para o momento, valho-me do presente para prestar minhas cordiais saudações.

Sala das Sessões, em 17.10.95.

(a) JOEL COIMBRA

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 3053

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência, para o Projeto de Lei n° 405/95, do Deputado Joel Coimbra que autoriza o Poder Executivo a enquadrar os Advogados das Instituições Estaduais de Ensino Superior no cargo de Advogados da carreira especial de Advogados do Paraná.

Sala das Sessões, em 17.10.95.

(a) JOEL COIMBRA

REQUERIMENTO N° 3037

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, seja concedido voto de pesar pelo falecimento do Senhor Edson Marco Mendes Correa, ocorrido em 13 de agosto.

Pessoa ligada a comunidade de Ponta Grossa, onde desenvolveu vários trabalhos em benefício da mesma, deixa uma tristeza entre amigos e familiares.

Requer, ainda que a decisão desta Casa, seja dado ciência à família enlutada, residente à Rua Toledo, 21 - Vila Bom Sucesso - Ponta Grossa - PR.

Sala das Sessões, em 17.10.95.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 3038

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, seja concedido voto de pesar pelo falecimento do Senhor Romão Dom Browski.

Pessoa ligada a comunidade de Ponta Grossa, onde desenvolveu vários trabalhos em benefício da mesma.

Requer, ainda que a decisão desta Casa, seja dado ciência à família enlutada, residente à Rua das Flores, 601, Uvaranas - Ponta Grossa - PR.

Sala das Sessões, em 17.10.95.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 3039

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, seja concedido voto de pesar pelo falecimento do Senhor Atarício Lemes Galvão, ocorrido em 20 de agosto.

Pessoa ligada a comunidade de Ponta Grossa, onde desenvolveu vários trabalhos em benefício da mesma, deixa uma tristeza entre amigos e familiares.

Requer, ainda que a decisão desta Casa, seja dado ciência à família enlutada, residente à Rua Julia Lopes, 352, Bairro São José - Ponta Grossa - PR.

Sala das Sessões, em 17.10.95.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 3051

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER a inserção na Ata dos trabalhos da presente sessão, de votos de pesar, pelo trágico falecimento do jovem piloto Marcos Campos vítima de acidente ocorrido no último domingo na pista de Magny Cours, no interior da França, durante a volta final da última etapa do Campeonato Internacional de Fórmula 3000.

Apesar de ter nascido em São Paulo, o jovem piloto Marcos Campos viveu a maior parte de sua vida em Curitiba, onde iniciou sua carreira disputando o Metropolitano de Kart em 1988. Em 1994, foi campeão europeu da Opel, despertando o interesse do círculo automobilístico e desportando como uma promessa de grande piloto de Fórmula 1, que era seu sonho.

Requer ainda, uma vez aprovada a presente proposição, que deste seja dado conhecimento à família enlutada, na pessoa de seu pai, Senhor Antonio Roberto Campos.

Sala das Sessões, em 17.10.95.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 3054

Senhor Presidente.

Os Deputados que a presente moção subscrevem manifestam seu apoio à atitude dos mutuários da Caixa Econômica Federal que ocupam a sede da Diretoria de Habitação daquela instituição, tendo em vista o não atendimento às suas reivindicações.

Sala das Sessões, em 17.10.95.

(a) PÉRICLES DE MELLO

LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

REQUERIMENTO N° 3035

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido voto de congratulações à Sociedade Hípica Paranaense, pela comemoração de seu cinquentenário.

Com o objetivo de tornar o esporte mais palpável e acessível às pessoas, a Sociedade Hípica Paranaense, vem patrocinando equipes de competição.

Através de execuções de diversas obras de remodelação do clube e da revitalização das atividades desportivas, o clube direciona o seu crescimento visando ao próximo milênio, além de ajudar e participar de fatos importantes nestes 50 anos.

Requer ainda, que a decisão desta Casa, seja dada ciência à Sociedade Hípica Paranaense, em nome de seu presidente, Senhor Ricardo Alessandrino Amaral, à Rodovia

via BR-116, km 398, s/n - Curitiba / PR.

Sala das Sessões, em 17.10.95.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 3040

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, sejam formulados e inseridos na Ata dos trabalhos deste Poder, votos de congratulações à diretoria eleita para a Associação dos Servidores do CEFET, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 17.10.95.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Em eleição realizada recentemente, 1073 servidores escolheram a nova diretoria da Associação dos Servidores do CEFET, nesta Capital. Através de chapa única foi reconduzido à presidência da entidade o professor Mauro Dodinski, que ingressou no CEFET-PR em 1969.

Integram ainda a diretoria: Sadi Daronch (vice-presidente); Luiz Carlos Metz (1° tesoureiro); Miraldo Matuichuk (2° tesoureiro); Leonice Inês Menon (1ª secretária) e Maria José Karan Salata (2ª secretária). O Conselho Fiscal está composto por Rosana Mayer Turnes, Cláudio Magajewski, Enrique Bojarczuk, Antonio de Souza Machado e Braulio Ramos Junior.

Que o presente requerimento enseje os sinceros cumprimentos deste Poder a todos os diretores empossados, augurando-lhes uma gestão profícua e repleta de conquistas para os servidores do CEFET no biênio 1995/97.

REQUERIMENTO N° 3041

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, sejam formulados e inseridos na Ata dos trabalhos deste Poder, votos de congratulações à nova diretoria da Associação de Mulheres de Negócios e Profissionais de Curitiba.

Sala das Sessões, em 17.10.95.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Impedir que a estabilidade econômica do país seja conquistada com o sacrifício dos cidadãos, principalmente com o desemprego, é uma das preocupações da nova presidente da Associação das Mulheres de Negócios e Profissionais de Curitiba, Helena Pereira de Oliveira.

Integram ainda a diretoria: Maria E. Lamardo Milanese (1ª vice-presidente); Lúcia Durães Canet (2ª vice-presidente); Maria Lúcia de Araújo Sniecikoski (1ª secretária); Haydeé M. Coelho Macedo (2ª secretária); Márcia L. Mauad Abujamra (1ª tesoureira) e Elizabeth Vicentin

Schwab (2.^a tesoureira).

Também as diversas comissões foram compostas representativamente, de modo a garantir a seriedade do trabalho da Associação nos próximos anos.

Que o presente requerimento enseje os sinceros cumprimentos deste Poder a todos os diretores empossados, augurando-lhes uma gestão profícua e repleta de êxito no biênio 1995/97.

REQUERIMENTO N° 3048

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações à Professora Maria Inês Pedrosa Machado, à Direção do Colégio Estadual Major Vespasiano Carneiro de Melo e aos alunos participantes do projeto Ciranda da Ciência, pela escolha do trabalho "Descobrimdo o Rio Iapó" como representante do Paraná na Mostra Nacional Ciranda da Ciência.

Sala das Sessões, em 17.10.95.

(a) PÉRICLES MELLO

JUSTIFICATIVA:

O trabalho "Descobrimdo o Rio Iapó" desenvolvido por alunos do Colégio Estadual Major Vespasiano Carneiro de Melo, foi escolhido entre os apresentados pelas escolas do Paraná para representar nosso Estado na Mostra Nacional Ciranda da Ciência, em São Paulo.

O grupo de nove alunos, orientados pela Professora de Ciências e Biologia, Maria Inês Pedrosa Machado desenvolveu o projeto que apresenta uma caracterização de mata ciliar do rio Iapó e ainda uma pesquisa referente à qualidade da água.

No momento em que a escola pública atravessa uma grave crise, sucateada paulatinamente por vários governos, ameaçada de desaparecimento e ainda, no momento em que os professores do Estado do Paraná lutam por melhores condições de salário, a professora Maria Inês aparece como exemplo da qualidade do professorado das escolas públicas, comprovando mais uma vez que devem e têm que ser tratados com dignidade, com salários dignos, com condições de trabalho satisfatórias, pois a construção dos princípios de cidadania passam necessariamente pela manutenção da escola pública, gratuita e de qualidade.

REQUERIMENTO N° 3049

Senhor Presidente.

Em 17 de outubro de 1956 surgiu nas bancas da Capital paranaense a Tribuna do Paraná. Um novo periódico que nascia com o objetivo de bem informar os leitores, principalmente sobre assuntos policiais, esporte e política. Era um jornal popular que logo passou a ser lido também pela

elite, porque, desde o início, mostrou a profissionalização de sua equipe de jornalistas. 39 anos se passaram, o jornal evoluiu, porém sem mudar sua forma de ser: moderno, dinâmico e voltado aos interesses da comunidade.

Durante toda sua trajetória, de 39 anos, a Tribuna do Paraná, manteve sua tradição porque soube conservar em seu quadro funcional, profissionais como os jornalistas Rodrigo Manoel Marchesini Freitas, Boleslau Sliviany - o "Boluca", Nelson Comel e Rafael Munhoz da Rocha, com os quais este Deputado proponente conviveu por alguns anos e teve a feliz oportunidade de com eles muito aprender.

Assim, o Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER a inserção na Ata dos trabalhos da presente Sessão, de votos de louvor e congratulações com a Tribuna do Paraná, pelo transcurso de seus 39 anos de circulação. Requer ainda, uma vez aprovado o presente, que do mesmo seja dado conhecimento à direção da Tribuna do Paraná, através de seu Diretor de Redação, Carlos Roberto Tavares, ao Dr. Paulo Pimentel, Diretor Presidente do grupo empresarial mantenedor da Tribuna e do "Estado do Paraná", periódicos que prestam o relevante serviço de bem informar a comunidade paranaense.

Sala das Sessões, em 17.10.95.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 3057

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado, na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos à nova Diretoria da Associação Médica do Paraná, presidida pelo Dr. João Carlos Simões, inclusive a ex-Diretoria comandada pelo Dr. Fernando Macedo, aproveitando a oportunidade para cumprimentar a todos os médicos do Estado do Paraná pela passagem do Dia consagrado ao Médico.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Dr. João Carlos Simões, Presidente da Associação Médica do Paraná, bem como ao Dr. José Fernando Macedo, ex-Presidente e ao Dr. Rogério Augusto Camargo Scheibe, Coordenador do Serviço Médico desta Casa, para que recebam e transmitam a todos os Senhores Médicos, o reconhecimento da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 17.10.95.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

A profissão médica é tão nobre e tão importante socialmente, que praticamente tudo já se disse, ao longo do tempo, para

e elevar o trabalho desse profissional, em suas mais variadas especialidades.

Mas convém refletir que o médico é um dos poucos profissionais que têm que cumprir o seu trabalho de forma singular. Para desempenhar a missão, ele luta com muitos obstáculos, muitas vezes todos ao mesmo tempo. Primeiro, contra o imponderável da vida, contra os desígnios divinos; nem sempre está nele a salvação, mas mesmo assim não raro tem feito aquilo que se convencionou chamar "um milagre da medicina". Luta também contra os recursos específicos, tem que enfrentar as falhas das estruturas sociais que são o grande empecilho para que seu trabalho chegue a bom termo a cada vez que é solicitado.

Todavia, ainda que enfrentando mais percalços que qualquer outro profissional, a humanidade continua venerando tão significativa figura humana, deste Hipócrates até os mais recentes profissionais saídos das escolas de medicina.

Essa veneração deve-se ao fato de ser a Medicina um sacerdócio, profissão que somente é abraçada por ideal, carreira que só se escolhe com o coração. Diz-se que seu trabalho se eterniza na busca do alívio pleno para os males do mundo.

É por essa luta, pela abnegação, pelo sofrimento com que todo dia partilha no seu labor, que devemos prestar homenagem a todos os profissionais da medicina, não só aqueles que estão ao lado do paciente, como tantos outros que anonimamente fazem parte da classe, sejam como cientistas, sejam na equipe de retaguarda, no apoio. Todos os médicos merecem, hoje e sempre, o nosso respeito e o nosso reconhecimento.

O médico é a esperança. E tanto maior quanto maior for o desespero. Ele é o permanente soldado lutando cotidianamente contra a morte. Por estas e outras razões que almejamos feliz administração ao novo presidente Dr. João Carlos Simões, e agradecemos a Diretoria comandada pelo Dr. José Fernando Macedo, que terminou o mandato com tanto brilho.

REQUERIMENTO N° 3061

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, sejam formulados e inseridos na Ata dos trabalhos deste Poder votos de congratulações à nova diretoria da Academia de Ciências Contábeis do Paraná.

Sala das Sessões, em 17.10.95

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Em eleição realizada no último dia 25 de agosto, foi escolhida a nova diretoria da Academia de Ciências Contábeis do Paraná, que passa a ser presidida pelo acadê-

mico Enéas Ludgero da Silva.

Integram ainda a diretoria: Moacir Carlos Baggio, vice-Presidente; Dalcia Pierobon Lessnau, 1ª Secretária; Gilberto Nassif, 2º Secretário; Cláudio Polzin, Tesoureiro e Kenji Iwamoto, Orador.

Que o presente requerimento enseje os sinceros cumprimentos deste Poder a todos os diretores empossados, augurando-lhes uma gestão profícua e repleta de conquistas para a classe dos contabilistas no biênio 1995/97.

REQUERIMENTO N° 3032

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Telecomunicações do Paraná - TELEPAR, no sentido de proceder o conserto em um telefone público, instalado na Rua Mendel, Jardim Campo Alto, nas proximidades do n° 13 em Colombo.

O pedido está sendo feito pelos moradores, os quais reclamam, que há mais de uma semana que o aparelho encontra-se com defeito. Pedem providências imediatas.

Sala das Sessões, em 17.10.95

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 3033

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente a Prefeitura Municipal de Colombo, no sentido de proceder a troca de lâmpada na Rua Maranhão, Jardim Jalisco, em frente ao n° 88.

O pedido está sendo feito pela moradora, a qual reclama da total escuridão, pois há dias que a lâmpada está queimada, causando muita apreensão em todos à noite. Pede providências.

Sala das Sessões, em 17.10.95

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 3034

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Secretário de Estado de Obras Públicas, Sr. Dante Bellinati Guazzi, solicitando serviço de reparos na Agência de Redas, localizada à Rua Juvenal Zamaroni, s/n°, no município de Palmeira-PR.

Certo de sua atenção, firmamos, que este serviço de reparos é da maior importância para os moradores do município.

Sala das Sessões, em 17.10.95

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 3056

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando das atribuições previstas no Regimento Interno desta Casa, REQUER após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente ao Sr. Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia, Dr. José Israel Vargas, sugerindo a utilização dos recursos previstos na Lei Federal n° 8.001, de 13 de março de 1990, em seu Art. 1°, inciso IV e regulamentado no Decreto n° 01, de 11 de janeiro de 1991, em seu Art. 5°, para a compra de equipamentos e construção das instalações dos laboratórios de pesquisa da UNIOESTE - Universidade do Oeste do Paraná.

Sala das Sessões, em 17.10.95

(a) SÉRGIO SPADA

JUSTIFICATIVA:

Os recursos previstos nesta Lei Federal, são os da compensação financeira para a utilização dos recursos hídricos e destinados na proporção de 2% (dois por cento) ao Ministério da Ciência e Tecnologia.

Como o Paraná é um dos maiores produtores de energia elétrica e a Usina de Itaipu é uma das maiores fontes de recursos extras do Ministério da Ciência e Tecnologia, nada mais justo do que pleitear o retorno de parte dos valores, aplicando-os na região de origem, principalmente na UNIOESTE.

REQUERIMENTO N° 3059

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando das suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente ao Sr. Secretário de Estado da Fazenda, Sr. Miguel Salomão, gestor do FDE - Fundo de Desenvolvimento Econômico, conforme determina a Lei Estadual n° 9.607/91, para que informe a esta Casa de Leis, o que segue:

- o montante de recursos depositados no FDE, conforme Lei Complementar n° 60, de 09 de dezembro de 1991;
- projetos financiados pelo Fundo de Desenvolvimento Econômico, com recursos da compensação financeira por exploração de recursos hídricos e minerais;
- montante distribuído aos municípios, conforme determinação da Lei Federal n° 7.990/89, em seu Art. 9°;
- cópia dos relatórios previstos no Art. 4°, § 2°, da Lei Complementar n° 60/91.

Sala das Sessões, em 17.10.95

(a) SÉRGIO SPADA

JUSTIFICATIVA:

A gestão do FDE - Fundo de Desenvolvimento Econômico prevê a ampla divulgação dos resultados obtidos nos projetos financiados, e, até o presente momento, o povo paranaense não tem a exata noção da apli-

cação dos recursos oriundos dos royalties e da compensação financeira prevista nas Leis Federais n°s 7.990/89 e 8.001/90.

REQUERIMENTO N° 3047

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado ao Senhor Secretário de Estado da Educação, o seguinte pedido de informações:

- Qual a decisão da Comissão Central de Organização do Processo Eleitoral daquela Secretaria, com relação ao requerimento do Prof. Pedro Egídio Warkeu, candidato a Diretor de Escola em Cruz Machado?
- Quais as providências tomadas face às denúncias contidas no requerimento acima citado?

Sala das Sessões, em 17.10.95.

(a) PÉRICLES DE MELLO

JUSTIFICATIVA:

O Prof. Pedro Egídio Warkeu requereu a impugnação da candidatura do Prof. Délcio Luís Otto, apresentando vários motivos, conforme o contido em seu expediente datado de 06 de outubro corrente, endereçado a Senhora Lídia S. Otto.

Face a gravidade das denúncias, requeremos as informações acima para repassá-las aos professores daquele município.

Projeto de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 053/95

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

O artigo 1° do Projeto de Resolução n° 048/95, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1° - Fica autorizada a realização de plebiscito para a criação do Município de Novo Pirapó, desmembrado do Município de Apucarana, formado com área do Distrito de Pirapó."

Sala das Sessões, em 17.10.95.

(a) IRONDI PUGLIESI

Apoiamento: João Techy Filho, Luiz Carlos Zuk, Cleiton Kielse, Augustinho Zucchi, Luiz Accorsi, Carlos Simões, César Seleme, Joel Coimbra, Luiz Carlos Martins, Albanor Gomes, Antonio Annibelli, Edson Silva Lino, Walmor Trentini, José Maria Ferreira, Nelson Tureck, Péricles de Mello, Antonio Belinati, Edno Guimarães, Duílio Genari, Reny Borsatto, Caíto Quintana, Beto Richa, Toti Colago, Valdir Rossoni, Sâmis da Sil-

va, Durval Amaral, Luiz Cláudio Romanelli, Nereu Alves de Moura e Jocelito Canto.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 410/95
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Ficam todos os hospitais existentes no Estado do Paraná, tanto os administrados pela Secretaria do Estado da Saúde Pública, bem como os particulares, terem quartos específicos para atendimento e acolhimento de pessoas carentes de recurso econômico.

Art. 2° - Referidos quartos deverão possuir em seu interior banheiros com água quente, para banho e asseio dos internos.

Art. 3° - Deverá ainda o hospital, oferecer aos internados durante seu internamento, alimentação apropriada prescrita por profissional habilitado na área.

Art. 4° - A assistência médica deverá ser constante e específica, até a alta do internado ou até seu óbito. Devendo a alta só ocorrer quando o paciente estiver comprovadamente habilitado clinicamente, através de atestado médico.

Art. 5° - Deverá a direção do hospital, através de pessoa habilitada, facilitar e cuidar de que o internado tome banho de sol.

Art. 6° - A quantidade de quartos nos hospitais deverá ser determinados e introduzidos pela Secretaria de Saúde, através do órgão próprio na rede hospitalar paranaense, conforme a capacidade de atendimento de cada um.

Sala das Sessões, em 17.10.95.

(a) JOCELITO CANTO

JUSTIFICATIVA:

O projeto de lei ora apresentado a Vossas Excelências, Senhor Presidente, Senhores Deputados, tem como fim único atender as pessoas carentes de recursos econômicos para tratarem deste mal horrível que os aflige. Pois todos nós sabemos que a SAÚDE é sem dúvida alguma o "BEM SUPREMO DO SER HUMANO".

Em assim sendo, agradecemos antecipadamente a aprovação deste projeto de lei, em nosso nome e em nome dos paranaenses, dos quais tenho orgulho em representar nesta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI N° 411/95
A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Os alunos que necessitem locomover-se de suas comunidades, que estejam cursando o 2° Grau ou Curso Superior, no território paranaense, pagarão 50% (cinquenta por cento) do valor das passagens onde estudarem.

Art. 2° - Para gozarem do referido benefício acima, deverão eles fazer prova do curso que estão frequentando, através de declaração do estabelecimento de ensino ou da faculdade, onde conste a série, nome da cidade e nome do estabelecimento.

Art. 3° - As empresas de transportes coletivos, deverão expedir carteiras de identificação ao beneficiado pelo desconto aplicado, onde deverá constar o trajeto percorrido.

Art. 4° - No caso do beneficiado ser menor de idade civilmente, referida credencial será emitida em nome de um dos responsáveis do mesmo, constando também o seu.

Sala das Sessões, em 17.10.95.

(a) JOCELITO CANTO

JUSTIFICATIVA:

A presente proposição, Senhor Presidente e Senhores Deputados, é para que criemos e possibilitemos a oportunidade de alunos carentes darem continuidade em seus estudos, nos graus previstos no projeto ora apresentado, em razão dos mesmos não existirem em suas cidades onde residem.

Outra razão, Excelências, é que apenas uma cidade paranaense goza do privilégio de gratuidade de ensino nas faculdades existentes em nosso Estado.

Na certeza de que também nossa proposição é vontade vossa, antecipamos agradecimentos em nome da comunidade paranaense, a qual represento nesta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI N° 412/95
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica criada a "Região Administrativa do Centro do Paraná", integrada pelos seguintes municípios: Altamira do Paraná, Boa Ventura de São Roque, Iretama, Laranjal, Manoel Ribas, Mato Rico, Nova Tebas, Palmital, Pitanga Roncador e Santa Maria do Oeste.

Parágrafo Único - Os municípios que forem criados na referida região, a partir da sanção desta lei, integrarão a Região Administrativa do Centro do Paraná.

Art. 2° - Fica designada para sede da Região do Centro do Paraná, o Município de Pitanga.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17.10.95.

(aa) RENATO ADUR

ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

A iniciativa em tese almeja dotar Pitanga e Municípios circunvizinhos, identificados por afinidades sócio-cultural-econômicas, das efetivas conquistas da urbanização planejada e auferir políticas de desenvolvimento e incremento do bem estar das comunidades que sediam, tão ligadas por interesses comuns e pelo propósito de desenvolverem-se harmoniosamente.

Essa região é considerada hoje como a última fronteira agrícola do Estado. Tem um potencial extraordinário para produção de milho, soja e pecuária de corte e leite.

Além disso, existe na região um dos maiores índices de pequenas propriedades, o que facilita em muito a implantação de projetos agro-industriais de grande porte.

A aprovação deste projeto significa o fortalecimento de mais um setor produtivo do Estado do Paraná.

MOÇÃO DE APOIO

Nós, Prefeitos Municipais abaixo-assinados (todos pertencentes a AMOCENTRO - Associação dos Municípios do Centro do Paraná), vimos através da presente Moção, manifestar nosso integral apoio a iniciativa do nobre Deputado Estadual RENATO ADUR, em apresentar na Assembléia Legislativa do Estado, projeto de lei propondo a criação da Região Administrativa do Centro do Paraná, com sede no Município de Pitanga-PR.

(aa) FERNANDO BARBOSA DINIZ

Pref. Mun. de Altamira do Paraná

VERIANO JOSÉ NERY

Pref. Mun. de Iretama

ALDONEY BATISTA SIQUEIRA

Pref. Mun. de Manoel Ribas

NILO KLHEN

Pref. Mun. de Nova Tebas

ALTAIR JOSÉ ZAMPIER

Pref. Mun. de Pitanga

EVALDO LEAL

Pref. Mun. de Santa Maria do Oeste

RIOLANDO CAETANO DE FREITAS

Pref. Mun. de Laranjal

LUIZ BINI

Pref. Mun. de Mato Rico

CLERIO BENILDO BACK

Pref. Mun. de Palmital

JOAQUIM RODRIGUES DA SILVA

Pref. Mun. de Roncador

PROJETO DE LEI N° 413/95

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Deverão todos os presídios existentes no território paranaense possuírem celas especiais, para o recolhimento de condenados pela Justiça ao regime de reclusão, que estiverem comprovadamente acometidos pelo "vírus da AIDS".

Art. 2º - Referidas celas, deverão possuir em seu interior, banheiros com água quente, para o banho e asseio dos presos.

Art. 3º - Deverá a direção do presídio, fornecer aos recolhidos durante ao cumprimento da pena, alimentação apropriada e com prescrição médica.

Art. 4º - Deverá também, fornecer aos recolhidos atendimento médico especial aos condenados, durante o período de cumprimento da pena à qual, foi condenado.

Art. 5º - Deverá a direção do presídio permitir que o preso acometido pelo mal, tome banho de sol constantemente. Diferenciado dos demais, ali recolhidos.

Sala das Sessões, em 17.10.95.

(a) JOCELITO CANTO

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei, Senhor Presidente e Senhores Deputados, é para que nossos presídios fiquem melhor aparelhados. E deem, maior condição de vida à aqueles que indiretamente já estão condenados para eternidade. E também, para que os presídios se tornem mais humanos.

Na certeza de que esta proposição terá sucesso em sua acolhida, pois entendemos que também tais melhorias aqui sugeridas, também é vontade vossa, antecipamos agradecimentos em nome da comunidade paranaense. E principalmente dos abnegados, que lutam para dar maior tratamento e acolhimento aos infectados pelo mal da AIDS, na aprovação do presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI N° 414/95

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica concedido o Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná à Mirosmar José Di Camargo e Welson David Camargo, popularmente conhecidos como José Di Camargo e Luciano.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17.10.95.

(a) JOCELITO CANTO

JUSTIFICATIVA:

Mirosmar José Di Camargo e Welson Da-

vid Camargo, nasceram na Cidade de Pirinópolis, no Estado de Goiás, mais precisamente em uma fazenda, filhos de Francisco José de Camargo e Helena Siqueira de Camargo, onde ajudavam seus pais nas lides rurais, ora laborando a terra, ora cuidando dos animais.

Passado algum tempo, a família mudou-se para a Cidade de Goiânia, no mesmo Estado, onde foram criados. Nesta época Mirosmar (Zezé) já mostrava sua tendência e vocação para a música, já aos 12 (doze) anos de idade tocava em bares da cidade, mas sempre fugindo do Juizado de Menores em razão de sua idade.

Aos 18 (dezoito) anos de idade, Mirosmar casou-se com a senhorita Zilú Godoy, com quem teve duas filhas: Wanessa e Camila. Em 1987 Mirosmar (Zezé) resolveu investir firme e com dedicação em sua carreira artística, razão pela qual mudou-se para a cidade de São Paulo com o objetivo único de conquistar o mercado fonográfico brasileiro, mas sempre com o objetivo e meta de divulgar a cultura e folclore de sua terra natal.

Como todo predestinado que luta por aquilo que almeja, Mirosmar (Zezé) chegou ao seu objetivo. Isto é, chegando aos pináculos da glória e do sucesso. Com a finalidade de passar as festas natalinas com seus familiares, em 1988 Zezé Di Camargo em dezembro dirigiu-se para sua cidade. E em uma das reuniões da família ouviu seu irmão Welson (Luciano) soltar a voz em uma de suas músicas, o que o impressionou bastante chegando mesmo a se comover. Daí para frente não deu outra. Nascia a mais famosa dupla sertaneja de nosso País, que é sem dúvida "Zezé Di Camargo e Luciano".

Nos dias atuais, é a dupla sertaneja que mais vende discos no Brasil. Somando-se a isso cerca de 180 (cento e oitenta) shows/ano, no Brasil e no exterior, o que corresponde a uma média de 20 (vinte) shows/mês, inúmeras apresentações nos famosos programas televisivos em nosso País, tais como: "Domingão do Faustão", "Hebe", "Jô Soares Onze e Meia", "Som Brasil" e outros mais.

Como tudo que é bem planejado, coordenado, feito com amor e dedicação, outra coisa não poderia acontecer, a não ser a conquista do público brasileiro e a conquista do povo de outros países como vem acontecendo com a dupla atualmente. Tanto é verdade, que no ano de 1994 lançaram seus discos no mercado fonográfico do exterior.

Para isto, neste ano tiveram um disco seu gravado e mixado nos Estados Unidos da América. E sem surpresa alguma já aparecem nas paradas de sucesso da Espanha e toda a América Latina. O álbum "Camargo e Luciano", lançado no início de 1995, acaba de

proporcionar aos irmãos Camargo o "Disco de Ouro" por mais de 100.000 (cem mil) cópias vendidas no cobiçado mercado internacional.

Em sua bagagem, a dupla carrega o título de maiores arrecadadores de direitos autorais no Brasil. Suas canções são disputadíssimas por grandes astros da música sertaneja. Sejam elas sertanejas ou não. Pois todas elas têm o cunho romântico. A dupla também é fenômeno dentro da MPB - Música Popular Brasileira. A começar pelo seu primeiro trabalho lançado em abril de 1991, em um mês a música "É o amor", carro chefe do LP, já tinha alçado seus intérpretes para o primeiro lugar do "hit parade". Ganham Disco de Platina Duplo e bateram a casa de mais de um milhão de cópias vendidas, garantindo ainda disco de diamante. Daí em diante não pararam mais. Todos os álbuns são sinônimos de sucesso.

Daí para frente, o sucesso cada vez mais vem alçando o nome da dupla no cenário nacional e internacional do mundo artístico e empresarial.

Há cinco anos fazem parte do "casting" da Gravadora Sony Music. No mês próximo passado lançaram seu quinto álbum, recheado de canções que falam de amor, na expressão genérica desse sentimento.

Recentemente a dupla esteve em nosso município de Ponta Grossa, onde abrilhantou o Primeiro Festival de Música - Ponta Grossa - 1º FESPONTA, de onde sairá a ilustração da capa do próximo álbum, mostrando nossa cidade e o ponto turístico internacionalmente conhecido, que é Vila Velha, e com certeza serão vendidos mais de um milhão e quinhentos mil cópias, divulgando ainda mais nosso município e nosso ponto turístico para todo nosso País, e para todo planeta terra.

Isto posto no disposto na Lei nº 5.638, de 13 de dezembro de 1967, em seu Art. 1º, inciso II, o Deputado que abaixo este projeto de lei subscreve, sabedor que os outorgados em muito difundirão o nome e o ponto turístico de Ponta Grossa para todos recantos deste nosso País, bem como para todo o nosso planeta, por este e outros motivos que me levaram apresentar o presente, no qual peço o devido apoio dos nobres Pares, como forma de prestar uma justa homenagem a renomada dupla, que muitos serviços prestou, vem prestando e ainda prestará a música sertaneja e popular brasileira.

PROJETO DE LEI Nº 415/95
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica expressamente proibido o uso de telefone celular no interior dos

automóveis pelo motorista, quando em trânsito, em todo o Estado do Paraná.

Art. 2º - O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de 90 (noventa) dias.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17.10.95

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

O escopo deste projeto de lei é eliminar mais um fator de risco de acidentes de trânsito. O uso do telefone celular faz com que o motorista tenha seus reflexos e movimentos diminuídos, e, sabemos que apenas um minuto de distração é o que basta para a ocorrência de um desastre. Indiscutível, portanto, argüir a importância de tal postura.

PROJETO DE LEI Nº 416/95

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública, a Creche Nossa Senhora da Conceição, com sede e foro no município de Foz de Iguaçu.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17.10.95

(a) SÂMLS DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

A Creche Nossa Senhora da Conceição é uma entidade filantrópica, sem fins lucrativos, que tem por objetivo proporcionar condições para o desenvolvimento e integração das crianças e familiares na comunidade local, especialmente as de baixa renda, sem qualquer distinção e de acordo com a Política Nacional do Bem-Estar do Menor.

A documentação anexa ao presente demonstra que a entidade está em condições de ser declarada de Utilidade Pública, conforme dispõe a Lei nº 6.994, de 10/01/78, reguladora da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Finda a leitura do Expediente, no Pequeno Expediente concedo a palavra ao Deputado Nelson Tureck.

O SR. NELSON TURECK - Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Subo a esta tribuna para falar das coisas boas e das coisas ruins, para falar que esta Casa de Leis, aonde aqui subimos em nome do povo, principalmente da nossa região da CONCAM e também em nome do povo

do Paraná para dizer das coisas que acontecem.

Aqui temos a primeira parte boa aonde vimos aqui no Diário Oficial do Paraná a liberação de recursos da Secretaria da Agricultura através do DNER e do nosso grande amigo companheiro, Deputado e Secretário da Agricultura, Hermas Brandão, a liberação de micro-bacias na Região de Campo Mourão. E aqui temos adequação de estradas do Município de Peabiru no Rio Claro 6.4 quilômetros no valor de 121.091,00 reais; temos também o Município de Araruna, a primeira parte com 4 quilômetros no valor de 66 mil reais; temos também Janiópolis no Rio Goioerê com 3.10 no valor de 24.197,00 reais; temos também o Município de Campo Mourão 1 no Rio Mourão 1,7 quilômetros, no valor de 61.372,00 reais; temos também o Município de Mariluz 7.7 no valor de 58.718,00 reais; e temos o Município de Rancho Alegre do Oeste com 25,6 quilômetros no valor de 162.642,00 reais.

Isso nos alegra muito e a gente fica contente quando os Prefeitos ali através da EMATER fazem os seus projetos, encaminham à Secretaria da Agricultura na nossa região de Campo Mourão, e esses projetos são mandados e vem à Secretaria da Agricultura, e o nosso competente, grande administrador o Secretário da Agricultura, o Hermas Brandão, despachando favoravelmente e vindo esses projetos em benefício do nosso agricultor, daquele agricultor que planta, que produz e que sustenta a Nação brasileira e principalmente o fortalecimento do Estado do Paraná. E com isso parabéns ao Governo do Paraná que vem desenvolvendo o seu programa dentro da agricultura, e esse grande Secretário que é o Hermas Brandão.

Temos aqui uma coisa ruim que nós vemos e já subimos muitas vezes a essa tribuna, companheiro Deputado Luiz Carlos Alborghetti, também o Romanelli, e dizer, vemos mais uma vez aqui uma matéria na Gazeta do Povo e esperamos que essas palavras do nosso Presidente se tornem realidade de nesse País, principalmente no Estado do Paraná, aonde diz que Fernando Henrique Cardoso condena as desigualdades sociais. E vemos aqui em baixo que a gerência da Caixa Econômica Federal foi invadida por mutuários.

Gente, será que o pessoal da Caixa Econômica não entende e não sabe, ou não quer se fazer de entendido porque sei que eles sabem, sabemos dos problemas que houve no Plano Collor, das casas sub-faturadas, e que nós vemos hoje Senhores Deputados que precisamos da sensibilidade que já vemos no Presidente, mas que precisa do Presidente da Caixa Econômica, que precisa dos gerentes da Caixa Econômica para que

vejam o problema de perto e resolvam de uma vez por todas, mas será que o nosso trabalhador tem que ficar a vida inteira mendigando, pedindo favor, fazer comitiva para vir a Capital do Estado para representar 30 mil mutuários do nosso interior do Estado do Paraná, cadê a consciência para resolver de uma vez por todas porque não podemos aceitar o nosso trabalhador que ganha o salário mínimo, já é a maioria dos casos no nosso interior que ganha cem reais por mês e que paga uma prestação de 68, 70 a 100 reais, isso é um absurdo, é um roubo, é um assalto a mão armada ao bolso do trabalhador e que precisamos essas coisas ruins, esse dinheiro ruim que foi empregado, que foi tomado do nosso trabalhador. O Governo precisa realmente olhar isso.

Presidente, não dá para aceitar calado, ouvindo a vida inteira, desde que começou o Plano Collor até hoje, os nossos amigos sendo mutilados, sendo pressionados, levados à justiça para que sejam despejados da sua casa, sendo que aqueles que roubaram estão bem hoje, casas sub-faturadas e é por isso que subo nessa tribuna para gritar bem alto o nome do nosso trabalhador, porque não podemos aceitar isso, jamais podemos aceitar e ver hoje tantas casas e daqueles que estão desempregados.

Gente, nós somos irmãos, esse Brasil daquilo que nós vemos, e sempre temos pregado que precisa o Presidente e a sua equipe econômica, aqui não tem branco, não tem preto, não tem rico e não tem pobre, todos nós temos o mesmo coração, todos nós somos filhos de Deus. É pena que aqueles que usam do poder não façam alguma coisa e respeitem o nosso simples trabalhador, para que resolvam de uma vez por todas os problemas dessas casas, casas de 18 e 27 metros.

Um País igual ao Brasil que se produz de tudo, uma riqueza se aqui tivesse justiça social, aqui não se cobraria prestação de um trabalhador, de um filho brasileiro para cobrar esse absurdo de 70, 80, 100 reais por uma casa, por uma prestação de uma casa mal feita, por uma casa que foi sub-faturada e que muitas delas hoje já estão caindo aos pedaços, apodrecendo o forro, apodrecendo as portas, os seus vitrôs, porque foram empregados materiais de quarta categoria, e que na época não víamos a fiscalização que deveria ter sido feita em cima dessas casas.

É por isso, Senhores Deputados, que subo mais uma vez a essa tribuna, porque não dá para aguentar de ver o povo do Paraná, o nosso povo do interior sofrendo, um pai de família que não dorme à noite porque vê um oficial de justiça entregando aquelas ações ajuizadas da Caixa Econômica. Vamos aos funcionários da Caixa, vamos

aos seus gerentes e ao Presidente da Caixa Econômica Federal para que tenha a sensibilidade, para que de uma vez por todas resolva esse problema dos nossos irmãos brasileiros, porque sei que não é só no Paraná, sei que é no Brasil inteiro e quando se cobra de um trabalhador que muitas vezes não tem dinheiro para comprar o remédio para o seu filho, e nós vemos a Caixa Econômica emprestar dinheiro agora, para Governos aí, para pagarem salários atrasados, incompetência de Governadores que fizeram isso, e nós não podemos aceitar que se faça uma barbaridade em cima com o nosso trabalhador, porque é o nosso trabalhador que trabalha, que sustenta e que faz o crescimento e o progresso desse País hoje.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Com a palavra, Deputado Florisvaldo Fier.

O SR. DR. ROSINHA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Hoje a Comissão de Constituição e Justiça da Câmara Federal vai analisar proposta de Emenda Constitucional da Administração Pública que diz respeito aos servidores públicos civis do nosso País. Dessas emendas propostas pelo Fernando Henrique Cardoso, são várias as questões que podem ser levantadas e questionadas. Aqui abordarei alguns dos temas. Quero lembrar aos Senhores Deputados que durante o período da ditadura militar brasileira, em nosso País não era feito concurso público para contratação de servidores públicos.

Nesse período os governantes que ocupavam cargos do Poder Executivo na sua grande maioria, incharam a máquina administrativa com apaniguados, com cabos eleitorais, com fantasmas e por aí afora, de funcionários despreparados.

A Constituição de 88 obrigou a feitura de concurso público e isso tem demonstrado melhora na eficiência do serviço público. O Presidente Fernando Henrique, na sua proposta através do Ministro Bresser Pereira, acaba com o concurso público para contratação de servidor público, jogando novamente o serviço público à imoralidade. Quero lembrar aos Senhores Deputados que a qualidade do serviço público não depende do servidor público, mas sim do governante, dos seus programas e da linha política que adota para o serviço público. Por isso que o serviço público, durante um certo período, e inclusive até o momento, não conseguiu recuperar a qualidade que deve ter para o atendimento da população do nosso País e isto nos leva, inclusive, a defender a questão colocada na revisão que diz respeito à estabilidade no emprego. Sei que aqui há inúmeros Prefeitos e esses

Prefeitos sabem que o servidor público tem uma estabilidade relativa ao serviço público.

Se nós desejarmos um Estado competente, uma administração competente, democrática, deve ter servidores públicos qualificados, deve ter um serviço público qualificado e isso só será possível com estabilidade no emprego, onde um técnico qualificado pode ter a sua ascensão por tempo de serviço ou por merecimento.

Hoje o prefeito e o governador que desejam demitir servidor público, pode fazer isso, desde que ele haja com competência. O Estatuto do Serviço Público dá esse direito de demissão. A única coisa que se coloca é que servidor público tem o seu direito de defesa através de sindicância. No entanto esse direito de defesa, quer, agora o Presidente da República, tirá-lo da Constituição Federal. Isso é inconcebível, porque o fim da estabilidade será a troca da maioria dos servidores públicos a cada 4 anos, principalmente nas pequenas cidades.

É a mesma falácia de querer estender o tempo de 2 para 5 anos para garantir a sua estabilidade. Significa que um prefeito contrata - através de concurso público - uma certa quantidade de funcionários. Como a estabilidade virá após 5 anos, se não for ele ou se não for aquele que ele apoiou, nas próximas eleições provavelmente serão demitidos esses servidores com novo concurso público.

O fim da estabilidade no serviço público, será a destruição do serviço público. Será o fim daquela tentativa que alguns governantes têm feito, de fazer do serviço público um serviço de qualidade. Não teremos serviço de qualidade se não tivermos a estabilidade no serviço público. Estabilidade garantida, na grande maioria dos países europeus. Quero lembrar: Itália, França, Inglaterra, Estados Unidos e Canadá, estabilidade garantida na maioria dos países da América Latina. E isto Fernando Henrique quer retirar.

Quero lembrar ao próprio Presidente da República e aos Senhores Deputados, que ele, tendo estabilidade de emprego, durante a ditadura teve os seus direitos cassados, que depois ele conseguiu conquistar na Justiça. Não queira ele, com antecedência, cassar já os direitos de trabalhar dos servidores públicos. E mais: não há excesso de servidores públicos em nosso país. E podemos trazer dados que demonstram isso. Tanto em relação ao PIB, em relação à população que trabalha, como também em relação ao número de funcionários comparados com a população.

O que temos, na grande maioria das vezes, são péssimos administradores que não conseguem fazer do serviço público um ser-

viço competente. Porque um bom administrador conseguirá fazer com que a máquina pública atenda os interesses da população.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Com a palavra o Deputado Antonio Belinati.

O SR. ANTONIO BELINATI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O Brasil, servido pelos maiores rios de água doce do mundo, servido de mar, há determinadas áreas, aqui, que a nossa terra é a terra mais fértil do planeta Terra, e de repente vemos, com tristeza, o nosso país comprando arroz do Vietnã. E em determinados momentos o nosso Brasil já teve que comprar até milho da Argentina e do Uruguai, para poder alimentar as galinhas brasileiras.

Mas, Senhor Presidente, o conceituado jornal "Folha de São Paulo", noticiou no final da semana passada, um jantar, que a maior autoridade deste país - Fernando Henrique Cardoso ofereceu ao Presidente do Vietnã e sua comitiva. E, curiosamente até, segundo a matéria jornalística, o pessoal do Vietnã ficou bastante frustrado ao jantar com o Presidente Fernando Henrique Cardoso, porque, na verdade, eles ansiavam pela presença ali, do Ministro do Esporte - Edson Arantes do Nascimento - Pelé. Pelé estava programado para o jantar, não apareceu, e nem a presença do Fernando Henrique supriu esta curiosidade dos vietnamitas de conhecer o Rei Pelé.

Mas a tristeza, Senhor Presidente e Senhores Deputados, deste jantar que Fernando Henrique Cardoso teve com o Presidente e a delegação do Vietnã, é que o nosso Presidente, ao invés de mostrar o que é o Brasil, mostrar como é bom investir no Brasil, para decepção nossa e quero crer, de muitos brasileiros, o nosso Presidente da República conclamou os empresários brasileiros a investir no Vietnã.

Pasmem os Senhores! Numa hora de recessão, de crise, de desemprego. A indústria automobilística demitindo, a indústria de autopeças demitindo, a indústria da construção civil demitindo milhares de trabalhadores. Em todas as áreas da indústria e do comércio, aonde é de demissões e não de admissão, vemos o dinheiro circulando muito pouco, a atividade do comércio semi-paralisada e de repente, Senhor Presidente, o Senhor Fernando Henrique Cardoso, acho que "pisou no tomate" e deu uma escorregada, agiu mal como Presidente, porque foi conchamar os nossos empresários a investir fora do Brasil.

Para se ter uma idéia, Senhor Presidente, da gravidade desse apelo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, é equi-

valente, Deputado Luiz Carlos Alborghetti, que o Prefeito de Curitiba, Rafael Greca, fazer um apelo para os empresários de Curitiba investir em Salvador, na Bahia; é evidente ao Governador Jaime Lerner conchamar os empresários do Paraná que têm dinheiro a investir em Pernambuco, São Paulo, Santa Catarina.

Qual seria a reação da opinião pública de Curitiba, Deputado Alborghetti, se o Prefeito da Capital assim procedesse, qual seria a reação da opinião pública do Paraná se o Governador Jaime Lerner, ao invés de tentar atrair investidores de todos os cantos do Brasil e do exterior, mostrando que o Paraná é a porta aberta, é o melhor canto do planeta para se investir, se ele fizesse o contrário e pedisse para esse pessoal que tem dinheiro investir fora e montar fora a sua fábrica, ou o seu empreendimento.

Por isso, quero nesta tarde, Senhor Presidente e Senhores Deputados, lamentar a postura bastante infeliz, anti-brasileira, tomada num discurso neste jantar pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso. Lugar de brasileiro investir é aqui no Brasil, é o canto ideal, é o lugar ideal do nosso planeta para o alemão que está com muito dinheiro venha investir, para que o japonês venha investir aqui, o americano, enfim, todos aqueles grandes empresários que buscam o local seguro para investir. Temos que mostrar que ao invés de levarmos o pouco dinheiro que ainda tem na mão do empresário, levar para o exterior, que esse dinheiro seja devidamente aplicado aqui, gerando empregos, melhorando a nossa economia e melhorando sobretudo a receita do Governo e a qualidade de vida do povo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Com a palavra, Deputado Alborghetti.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Sr. Presidente e Srs. Deputados.

É bom ouvir análises como fez aqui o Deputado Antonio Belinati, como faz aqui às vezes o Deputado Toti Colaço a respeito do municipalismo falido, como faz o Deputado Luiz Claudio Romanelli sobre a habitação falida desse país.

E ontem, me perdoem, quero fazer uma reflexão aqui hoje, ontem vi o Caetano Veloso aparecer na Rede Globo, no SBT, na QNT, na Rede Independência, que é a Record, que transmite a programação da Record, vi o Sr. Caetano Veloso aparecer na Rede Exclusiva, nova Rede de Televisão que está se formando no Paraná, e cheguei um pouco mais perto da televisão para que pudesse entender, Deputado Romanelli, o que o Caetano Veloso queria me dizer. E mais uma vez achei até lindo, ele comentava que

via história de um homem que ficava em Praça Pública todos os dias, ele acordava às 05:00 horas da manhã, tomava o seu banho, o seu café da manhã e ia para a Praça, Deputado Romanelli, e tentava modificar a opinião do povo daquela cidade.

Ele falava como o Deputado Belinati falou sobre a geração de empregos, ele falava sobre a habitação, sobre a saúde falida do povo, sobre a merenda escolar, ele falava sobre a segurança, ele falava sobre os jovens que estão morrendo na cocaína que é pior do que uma herança nuclear. E ali, ele ficava o dia inteiro fazendo críticas porque ele não tinha Parlamento para falar, ele não tinha esta tribuna feita de mármore que custou milhões, ele não tinha o tapete vermelho, lindo, ele não tinha o seu gabinete acarpetado, ele não tinha o microfone para falar.

É assim que entendi a mensagem do Caetano Veloso, se V. Exa. ligar a televisão hoje, vai prestar a atenção, Deputado Luiz Carlos Martins, nessa mensagem, aquilo que o Sr. prega no seu programa de rádio, com a sua voz serena, pacata, calma, contando histórias.

Outro dia V. Exa. me trouxe aí para eu divagar um poema, uma redação, de um padre, de um estadista e no final, Deputado, o Sr. Caetano Veloso diz que o homem, quando dava seis horas da tarde, se recolhia a sua casa. E um dia ele estando no coreto da praça, um viajante, que com o seu caminhão transportava o progresso daquele município - porque todo o caminhoneiro que trafega nas estradas do Brasil ilumina a esperança da criança que brinca de boneca ou de bola, ilumina a esperança daquele que carpe no café ou na paina de algodão, ajude a transportar o progresso de cada município e que vá de encontro ao seu grande destino - e esse caminhoneiro que caminha de encontro ao seu grande destino parou e disse: "Senhor, porque tu quer mudar o mundo, todos os dias te encontro aqui e você quer mudar, você quer transformar as cabeças." Aí ele diz como dizia Malba Tahan - olha, me lembro um aparte, me lembro é como Malba Tahan no livro de Malba Tahan a mesma coisa, ele disse: "Quero mudar as pessoas, porque se um dia alguém vier aqui e não me ouvir, não me entender e eu me recolher ao meu lar, eles é que me terão mudado."

Quer dizer, ele gritava todos os dias para mudar a cabeça das pessoas e se um dia ele visse que não adiantaria a sua pregação ele retornaria ao lar, então ele veria que a sua pregação não teria encontrado eco. É a mesma coisa como diz Malba Tahan: um cego estava numa rua, passou um elegante homem da elite dominante na época daquele cego e disse, jogando uma moeda: "Tome cego! Chore a tua cegueira!" E o ce-

go sem poder enxergá-lo disse: "Não, não choro a minha cegueira, choro a morte de minha mãe, porque quando mamãe era viva eu era um cego que via."

Estou hoje com essas divagações, vendo que chegou ao meu gabinete uma Jornalista pedindo uma prótese para uma pessoa - eu não entendo o que o Deputado Belinati diz aqui. Estou com um documento nas mãos: uma Jornalista me pedindo para eu salvar a vida de uma pessoa, não eu salvar, quem salva é Deus, é o Sangue de Cristo. Esse senhor precisa de uma prótese para colocar nos olhos para que ele tenha uma estética facial. Ele andou por todos os cantos desta Capital e as portas foram todas fechadas e vieram atrás de mim e agora está ali no meu gabinete uma criança que não tem as duas mãos e que eu estava triste e aborrecido pensando: "Como? O que vou fazer". Liguei para a Sandra e disse a ela para que ligasse para a Associação de Prótese que tem aqui na Capital, para ver quanto ele cobra para fazer duas mãos de estética, porque não existe condições de colocar uma mão. Se ela tivesse uma mão, a outra daria condições para que essa mão de estética pudesse mover. Fiquei pensando: "Vamos colocar as mãos nessa criança e vamos mostrá-la ao Betinho, ao Caetano Veloso", porque é bonito, Deputado Belinati, ver uma propaganda onde o Sr. Betinho é usado pela Rede Globo - aquela propaganda do Caetano Veloso é paga. Então se vê lá: "Cidadania e Ação Social". Onde está? Alguma vez o Betinho esteve em Londrina visitando a maior creche da América Latina que V. Exa. fez? Fala para mim. Se o Sr. falar que teve, o Sr. está me chamando de mentiroso e o Sr. é mentiroso.

Quero perguntar ao Deputado Edno: "Alguma vez o Sr., como Prefeito, recebeu em Cianorte algum pedaço de pão do Sr. Betinho? Fala para mim, Edno."

Quero perguntar ao Pessuti: "V. Exa. alguma vez em Ivaiporã, nas suas caminhadas pelo Vale do Ivaí viu alguém comendo cidadania e ação social do Sr. Betinho?"

Quero perguntar ao Deputado Luiz Accorsi, médico e grande Parlamentar: "Deputado Luiz Accorsi, alguma vez o Sr. viu cidadania e ação social adentrar o seu hospital e levar insulina para algum diabético?" O Sr. nunca viu isso? Mas eu queria saber.

Quero perguntar ao Deputado Edgard Bueno se na cidade onde ele foi o mais votado, se o Sr. por acaso viu lá?

Deputado Cezar Silvestri o Sr. viu essa tal cidadania e ação social por Guaraçuva?

Onde está o Deputado Albanor Gomes, que foi Prefeito e vai ser futuro Prefeito de Araucária, quando foi Prefeito de Araucária o Betinho passou lá com algum grampo

para dar para as suas crianças?

Deputado Toti Colaço, o Sr. que comenta sobre o municipalismo naquela tribuna, o Sr. é mentiroso ou eu sou? O Betinho esteve lá? Não? Deputado Tavares, o Sr. que representou esse Estado como um dos grandes Parlamentares da Constituição brasileira em Brasília, o Sr., por acaso, ouviu falar desse tal de Betinho? Passou lá por Londrina, por Rolândia, por Arapongas a cidadania deles e ação social? Responda pelo amor de Deus!

E perguntaria ao filho, também, de um Governador do Paraná, o meu querido Deputado Beto Richa e o Deputado Antonio Annibelli que também é filho de um ex-Governador, vocês conhecem o Betinho, Cidadania e Ação Social? Vocês já viram? Vocês pegaram alguma grana que mandam para eles? Os demais Deputados conhecem o Betinho, Cidadania e Ação Social?

Srs., só para finalizar, o Sr. Deputado Romanelli, por acaso quando o Sr. foi Secretário de Obras, V. Exa. recebeu nas suas andanças da miséria deste Estado, Cidadania, Ação Social, Betinho, Caetano Veloso? Recebeu! Nem um tijolo!

É por isso que quando o Deputado Belinati veio aqui dizer para mim, meu Deus do Céu, que é a mesma coisa que o Prefeito Rafael Greca pedir no palanque armado e em praça pública que ajude a cidade de São Paulo. É a mesma coisa de que se o Belinati se eleger Prefeito de Londrina, dá ele em primeiro, eu em segundo. Mas se o destino assim o quiser elevá-lo novamente à Prefeitura é a mesma coisa que ele chegar no meu programa de televisão e dizer: "Estou aqui, Deputado Alborghetti, estou aqui no seu programa, campeão de audiência no Paraná, queria pedir recursos para Ivaiporã. Não quero que os recursos venham para Londrina!"

Quer dizer: é uma estupidez! O meu gabinete virou a "Porta da Miséria" neste Parlamento. Nós que fazemos televisão, querido Chab, eu, você, Algaci, o Carlos Simões, o Zuk, o Jocelito Canto, olha, o meu gabinete é a "porta da desgraça humana". O meu gabinete é a "porta da miséria" é a "porta do sofrimento". É gente dia e noite pedindo comida, pedindo roupa, pedindo colchão, pedindo remédio, etc.. Ontem foi o pior dia da minha vida nesta Casa, ontem chegou uma mãe no meu gabinete com o filho, Dr. Luiz Accorsi, até pensei no Sr. na hora, falei: "mando para o Dr. Accorsi, mando para os médicos da Assembleia", aí a mãe falou: "não, não quero médico, quero comida porque o meu filho está morrendo nos meus braços". Filmei ontem aqui, a mãe com a criança nos braços, com o filho morrendo Deputado Zuk. E vejo na televisão, vim aqui para desabafar, viu Deputado Edson, não agüento mais compa-

nheiro.

Olha, e ontem vejo na televisão o Betinho, diz que está precisando de dinheiro para continuar o seu trabalho de cidadania e ação social no país. É brincadeira. Olha, nem sei o que falo mais, se acredito ou desacredito. Vi a Deputada Irondi, outro dia fazer um pronunciamento que a mulher, que agora vai mudar porque a mulher vai ter o seu lugar de destaque no Brasil, e ontem chegou no meu gabinete uma mulher com quase um olho de fora porque o cara chegou bêbado em casa e ela não quis fazer sexo com ele dizendo: "desse jeito não dá". Daí ele quebrou ela no cacete e disse que ia fazer sexo com a cadela no fundo do quintal, Belinati.

Está gravada a matéria, vou passar amanhã. Em Londrina aconteceu a semana passada, o cidadão quase matou a esposa com uma correia, com uma fivela de cinta, quase matou a coitada, e ela foi graças a Deus, atendida pela Delegacia da Mulher, e graças a Deus o Poder Judiciário de Londrina já o condenou por seis meses de prisão, e o Poder Judiciário de Londrina vai condená-lo a trabalhos forçados. Então venho aqui só fazer um desabafo. Estou ouvindo todos os dias o Deputado Toti falar uma coisa, o Deputado Rosinha falar outra, o Deputado Edgard falar outra, o Deputado Accorsi falar outra, o Deputado Augustinho Zucchi defendendo a agricultura, vi agora o Deputado Tureck que os agricultores estão falidos, que está todo mundo na miséria, Deputado Belinati veio aqui e falou que o Presidente Fernando Henrique não quer dinheiro para o Brasil, pode emprestar para outro país, e disse que tem cidadania, ação social, e vejo o Betinho pedindo comida; e o povo brasileiro do meu Estado e do meu país está passando fome, afinal de contas quem está com a verdade? Só o tempo dirá.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Com a palavra o Deputado Luiz Claudio Romanelli.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Volto a esta tribuna, e confesso que é difícil suceder na tribuna um Deputado inspirado como é o Deputado Alborghetti.

Mas quero aqui de forma muito simples colocar a este Parlamento a insensatez e o absurdo que tomou conta deste país aqui. Não é possível que nós, que fomos eleitos Deputados Estaduais, Sr. Presidente, não é possível que assistamos governo após governo tomar posse na República Deputado Valdir Rossoni, e é o velho ditado popular que "o uso do cachimbo que faz a boca torta". Ainda ontem lideranças de mutuários

de todo o Paraná tomaram uma decisão radical, acamparam na Superintendência da Caixa Econômica Federal, acamparam como um ato extremo da representação de milhares de famílias paranaenses que sofrem pela insensatez de um Governo que foi eleito com a promessa de atender justamente a população mais pobre.

E aquele desgoverno que vimos no governo Collor de Mello, com a construção das casas de 27m² superfaturadas, na verdade aquele pesadelo que essas famílias, 29 mil famílias paranaenses sofreram e sofrem até hoje, ela se perpetua pela ação nefasta da Caixa Econômica Federal, que insiste Srs. Deputados a tratar esses mutuários, esses cidadãos e de fato Deputado Alborghetti, cidadania é quando você atende uma família com uma moradia digna com preço que ela possa pagar, e não como faz a Caixa Econômica Federal que está aí, é complacente com os empresários que superfaturaram as obras, não foram os trabalhadores, não foram as famílias que moram nestas casas que superfaturaram, foram os empreiteiros, foram funcionários inescrupulosos, políticos que intermediaram verbas.

Os grandes devedores a Caixa Econômica Federal trata com carpet, ar condicionado e chá gelado. Agora o mutuário, ele é humilhado pelos agentes da Caixa Econômica, pelos gerentes, ele é humilhado porque muitas vezes ele vende utensílios da sua casa, deixa de gastar, fazer despesas com saúde, educação, para poder honrar o seu compromisso, mas é impossível hoje pagar a prestação de uma dessas casas, e a Caixa Econômica, insensível se recusa a encarar essa questão como um problema social.

Por isso queria parabenizar os Deputados que hoje já fizeram uso da palavra. Essa questão de habitação transcende a posições políticas partidárias, ela é na verdade o fruto do convencimento da necessidade que todos têm, que uma família tem que ter aonde morar, aliás sociologicamente, Deputado Alborghetti, uma família precisa de duas coisas basicamente é do emprego e da casa para morar.

Agora casa não é a que o Governo Fernando Henrique Cardoso quer dar, querem despejar 12 mil famílias aqui do Paraná. Por isso quero dizer aos Srs. Deputados que no dia de ontem e permanece até hoje uma Comissão de 20 representantes de moradores de todo o Paraná das principais cidades paranaenses, onde V. Exa. tem representação política, estão acampados na Superintendência da Caixa Econômica Federal. E me permito, Deputado Rossoni, se V. Exa. me permitir, ler aqui as principais reivindicações que apresentam os representantes e que fundamentalmente congregados FAMOPAR que é a Federação de Associações

de Moradores do Paraná e mais outros Movimentos que participam na verdade dessa tentativa de negociação, e estamos aguardando de Brasília um posicionamento do Presidente da CEF o Sr. Sérgio.

Então vou ler aqui rapidamente os pontos que são na verdade prioritários para a negociação:

1° - a realização pelos órgãos competentes e auditoria da área de habitação da Caixa Econômica do Estado do Paraná no período do Governo Collor de Mello, objetivando levantamento real dos valores desviados do FGTS. Levantar todos os envolvidos no superfaturamento dos conjuntos habitacionais para oferecer denúncia à justiça. Ou seja, todo o conjunto habitacional deve sofrer uma profunda auditoria e identificar os responsáveis.

2° - a redução das prestações das moradias consideradas populares para um percentual nunca superior a 20% do salário mínimo vigente no país, usando recursos da União e outras fontes para cobrir a diferença do FGTS.

3° - A paralisação imediata de todas as execuções judiciais dos mutuários inadimplentes do SFH, inclusive das que já estão em tramitação na justiça.

4° - incorporação dos 100% da dívida de todos os mutuários do Estado no saldo devedor. Hoje a incorporação já é permitida em casos de doença ou desemprego.

5° - que seja autorizada a liberação de documentos sobre o financiamento e construção dos conjuntos habitacionais, a pedido do Ministério Público do Estado do Paraná e das Comissões Especiais de Inquérito que as Câmaras Municipais estão realizando em todo o Paraná.

6° - paralisação da pressão que as agências da CEF vem fazendo no interior do Estado através da imprensa, impressos e pessoal, paralisar as pressões aos mutuários que são clientes da CEF, pois esses estão sofrendo com o corte do talão de cheques e bloqueios de contas.

7° - paralisar as pressões feitas aos Prefeitos municipais porque os Prefeitos estão apoiando em cada município os movimentos, porque nos municípios se sabe, o absurdo que foi cometido."

Esta questão tem feito este problema que as agências da CEF estão impondo como condição para negociar com a Prefeitura a suspensão do apoio que está sendo dado.

Que as negociações com os mutuários inadimplentes ou não sejam feitas coletivamente através da PROMOPAR, uniões e federações municipais e associações de mutuários de todo o Paraná.

Que a CEF seja responsável pelo convencimento do Banco Central do Brasil, Tribunal de Contas da União, Conselho Curador do FGTS, Ministério do Planejamento,

que o problema dos mutuários do Paraná assim como de todo Brasil, é um problema social e assim deve ser tratado.

A CEF como banco social tem que ter essa função.

Concedo aparte ao Deputado Valdir Rossoni.

O Sr. Valdir Rossoni - Deputado Romanelli, peço aparte a Vossa Excelência por dois motivos: primeiro para mostrar que nem sempre discordo. Concordo com o seu pronunciamento, porque Vossa Excelência tem sido um Deputado aguerrido.

Em União da Vitória existe o Conjunto Panorama, onde a Prefeitura de União da Vitória da época, contribuiu com o terreno, com a infra-estrutura e todo este dinheiro que foi dado pela prefeitura para que isso acontecesse em União da Vitória, estão inclusos nas prestações dos mutuários.

Já fizemos a quinta viagem à Caixa Econômica Federal em Curitiba, onde paguei ônibus para que os mutuários viessem discutir conosco e com o superintendente da Caixa. O que não consigo entender da Caixa Econômica, é que eles sabem que existiu a malversação do dinheiro público, eles sabem que parte da infra-estrutura desses conjuntos habitacionais foram contrapartida do município e que não deveria estar incluso nas prestações dos mutuários, e a Caixa Econômica vem rolando por mais de três anos e nada acontece para resolver o problema dos mutuários.

Muitos conjuntos habitacionais, mas principalmente esse que convive com os mutuários, as prestações, se fossem cobradas devidamente pelo valor que foi gasto na obra, seria 50% do valor atual e a Caixa Econômica sabe da malversação do dinheiro, sabe do superfaturamento, e isto vem se enrolando e nada acontece.

Obrigado e parabéns pelo pronunciamento.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Vou encaminhar um manifesto de apoio ao ato dessas lideranças de mutuários. É imprescindível que esta Casa se manifeste, porque indiscutivelmente a política da Caixa Econômica Federal, no particular, como bem disse o Deputado Rossoni, todo mundo reconhece que há superfaturamento, que a "mão-zona de gato" esteja firme no cofre do FGTS, que muita gente levou dinheiro, os poucos advogados da Caixa Econômica reconhece isso e na prática, o que a Caixa faz? A Caixa executa mutuários. Por isso é que é preciso dar um basta nisso.

E quero conchamar, inclusive, para que o Governo do Estado do Paraná, e em conversa com a vice-Governadora e com o Secretário Cássio levantamos isso: quando

eu era Secretário, ainda, da Habitação, e depois a Rosângela ficou como minha sucessora, estávamos negociando com a Caixa Econômica Federal uma solução que envolve o Estado do Paraná. E é imprescindível que o Governo do Estado retome essas negociações, é uma forma interessante.

A COHAPAR assume como agente financeiro, mas assume...

O Sr. Toti Colaço - Me concede um aparte?

(Assentimento)

Queria cumprimentá-lo pelo assunto que traz à tribuna.

Há muito tempo o Deputado Romanelli vem já debatendo sobre este assunto, desde o tempo, ainda, em que ocupava a Secretaria Especial de Habitação do Estado do Paraná, já fazia os seus comentários, já denunciava o superfaturamento da construção das casas populares através da Caixa Econômica. É uma forma de irresponsabilidade absoluta e total que merecia, realmente, um ato público não somente dos mutuários da Caixa, mas de toda a sociedade, da classe política, do nosso país e do nosso Estado, com relação ao que realmente aconteceu com os recursos do FGTS. Como esses recursos foram aplicados, da forma que foram feitos os contratos, as empresas que construíram essas casas. Estão aí os mutuários sem poder, evidentemente, pagar as suas prestações.

E seria importante, em razão dessa fragilidade da administração, na época, da Caixa Econômica, em razão dessa omissão que hoje, claramente, está sendo omissa a Diretoria da Caixa que se pensasse seriamente, que se criasse dentro desse próprio movimento a idéia da extinção da Caixa Econômica. Com todo respeito, que aproveitasse os funcionários da Caixa Econômica em outros órgãos do Governo. Não haveria necessidade de demissão, mas que houvesse uma fusão, uma extinção da Caixa e fosse incorporada pelo Banco do Brasil.

Não há razão de se ter, por exemplo, a Caixa Econômica, e do lado o Banco do Brasil. As duas instituições: uma para financiar agricultura e outra para financiar habitação, casa própria.

O Banco do Brasil, em que pese suas falhas, ainda vem cumprindo a sua finalidade. Mas, a Caixa Econômica Federal, há muito não vem cumprindo com o seu papel de financiar a casa própria, de dar um atendimento e prestação de serviços para a sociedade brasileira.

E neste episódio da construção da casa para o trabalhador, seria muito importante que houvesse uma fusão, uma incorporação do Banco do Brasil com a Caixa Econômica. E seus funcionários que fossem servir, em outros órgãos do Governo, servir à sociedade em outros departamentos.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Para concluir.

Quero agradecer ao Deputado Toti Colaço pelo aparte. Vossa Excelência é um Deputado preocupado com a questão da moradia. Aliás, foi o criador do Projeto Autoconstrução. E quero dizer o seguinte: seguramente a proposta que o Deputado Toti faz aqui, é uma aspiração nacional hoje, de todo o movimento dos mutuários. Porque a Caixa Econômica, na verdade, quando foi extinto o BNH, que foi extinto pelo sistema financeiro como uma forma, na verdade, de fazer com que "os cabritos pudessem cuidar da horta". Porque hoje, quem cuida da regulamentação do SICH, SFH, é o Banco Central. E a Caixa Econômica é a única e exclusivamente um instrumento para perpetrar as injustiças que são cometidas com os recursos do próprio trabalhador.

Por isso, peço o apoio dos Senhores Deputados a esta Moção de Apoio, e agradeço, antecipadamente, o apoio que estamos recebendo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Deputado Péricles Mello com a palavra.

O SR. PÉRICLES MELLO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Discutimos hoje na Bancada do Partido dos Trabalhadores, o problema das emendas à lei orçamentária para o ano que vem, e infelizmente não foi distribuído aos Deputados, nem às Lideranças Partidárias, o projeto-plano plurianual para o período de 96/99.

Temos informações de que já está na Casa este projeto, mas ainda não foi distribuído, o que dificulta enormemente os Deputados para apresentarem uma emenda, porque sabemos que uma emenda da lei orçamentária tem que se coadunar ao plano plurianual. E em função desse atraso do recebimento do plano plurianual, nós, através de requerimento, em nome da Bancada do PT, estamos solicitando à Presidência desta Casa, para que tenhamos um tempo maior para apresentação das emendas ao orçamento do ano que vem, até quinze de novembro, não mais até 31 de outubro, mas 15 de novembro, porque não há condições de apresentarmos emenda sem termos conhecimento prévio da Lei do Plano Plurianual para o período de 96/99.

Então, rogamos à Presidência desta Casa o adiamento, e estaremos entrando logo a seguir com requerimento. Esperamos contar com o apoio dos Senhores Deputados, sem dúvida nenhuma isso não trará problemas, porque poderemos votar o orçamento em tempo hábil, mas teremos mais tempo para aprofundar nossa análise sobre as questões do orçamento e as emendas para os vários

municípios, e as prioridades que entendemos serem as do nosso Estado.

De outra forma, Senhor Presidente e Senhores Deputados, quero me solidarizar ao Deputado Romanelli pelo seu pronunciamento. Estivemos ontem no final da tarde acompanhando as Lideranças de mutuários que estiveram ocupando a Caixa Econômica para se fazer ouvir. Entendemos que precisa urgentemente ser estabelecida uma solução para esse grave problema dos mutuários.

Já disse há alguns dias atrás desta mesma tribuna, que acontece um paradoxo hoje na questão do Sistema Financeiro de Habitação, na questão habitacional. O saldo devedor de mutuários que já estão há quatro, cinco anos em suas casas, é maior que o preço comercial da mesma casa. Isso significa o seguinte: se a Caixa Econômica conseguir na Justiça despejar em primeiro lugar o mutuário por falta de pagamento; segundo lugar, a Caixa vai fazer um leilão da casa e o preço mínimo vai ser o preço do financiamento antigo, cujo mutuário foi despejado. Evidentemente ninguém vai comprar.

O segundo passo vai ser a Caixa refinar o imóvel. Nesse momento, a Caixa vai ter que refinar esse imóvel pelo valor de mercado, que é efetivamente menor do que o valor do saldo devedor. Quer dizer, um paradoxo e um absurdo.

De qualquer forma, mesmo que o mutuário seja despejado, o que trará grandes problemas sociais e conflitos no Paraná e no Brasil, a Caixa perderá recursos, porque terá que refinar o imóvel por um valor bem abaixo do que aquele que foi financiado, já que o valor de mercado, por vários motivos, entre os quais a estabilização da economia no Brasil, o superfaturamento que as casas sofreram, esse preço vai ser menor do que o preço do saldo devedor.

Por isso, nada mais justo do que uma solução coletiva, uma solução social para o problema. E nada mais querem os mutuários que ocuparam a Caixa do que isso. Eles querem apenas que as dívidas de todos os mutuários sejam colocadas no saldo devedor, a prestação não sofra nenhum aumento, e eles possam pagar as suas casas e não ser despejados.

Então, nos solidarizamos ao pronunciamento do Deputado Romanelli.

Mais uma questão, o Deputado Rossoni levantava um aspecto interessante das casas além do superfaturamento por maracutaia dentro da Caixa Econômica e não podemos culpar funcionários de carreira da Caixa, mas aqueles que tinham cargos políticos dentro da Caixa, nomeados pelo Senhor Presidente Collor de Mello, que fazia as maracutaias inclusive junto com Deputa-

dos Federais, nós sabemos muito bem disso, que levavam porcentagem para liberar o dinheiro de núcleos superfaturados, ganhavam dinheiro com isso, eles são os responsáveis, além disso muitos Prefeitos também ilicitamente participavam dessa maracutaia.

Vou dar um exemplo claro, Pedro Wosgrauw em Ponta Grossa quando eu era Vereador. O Senhor Pedro teve a coragem enquanto Prefeito de Ponta Grossa de mandar um projeto de lei para a Câmara pedindo autorização dos Vereadores para que ele pudesse realizar investimentos e infra-estrutura de graça para núcleos habitacionais feitos por empresa privada. Repito ele pedia autorização da Câmara para que permitisse, que ele pudesse investir em infra-estrutura, rede de água, de luz, cascalhamento de graça. E a justificativa que ele dava é que incentivaria as empresas privadas a construir núcleo em Ponta Grossa, um absurdo, quem constrói núcleo é o financiamento do Governo do Estado. A iniciativa privada só faz com o dinheiro do Estado.

Pois bem, dissemos que aceitávamos aquilo, só que fizemos uma emenda, dizia o seguinte Deputado Rossoni, - a Câmara autoriza a realização de infra-estrutura desde que esta não tenha sido previamente financiada pela Caixa Econômica, evidente, porque se não os empresários, como disse Deputado Rossoni, pegariam recursos para fazer arruamento, cascalhamento, rede de luz e água da Caixa e o Prefeito daria de novo esse dinheiro, poderia até dividir com os empresários e colocar uma parte desse dinheiro no seu bolso, ou dividir com os seus cúmplices. Agora passem os Senhores, a Câmara de Ponta Grossa rejeitou a nossa Emenda a mando do Prefeito, uma Emenda que dizia simplesmente - pode ser feita a infra-estrutura desde que essa, não tenha sido previamente financiada com o dinheiro público da Caixa Econômica.

Tivemos que fazer uma mobilização popular em Ponta Grossa, lançar milhares de jornais nas ruas, para que o Prefeito seis meses depois recuasse e mandasse outro ali na Câmara anulando aquela primeira lei que tinha mandado. Isso significa que muitos Prefeitos fizeram assim, existiam lóbis no Paraná que chegavam na Prefeitura os empresários e diziam, temos condições de conseguir dinheiro na Caixa Econômica, mas vamos investir no seu município esse dinheiro se o Senhor nos der além daqueles recursos da Caixa, recursos para investir na infraestrutura e assim por diante, e todo o tipo de corrupção acontecia, além do superfaturamento das próprias casas. Ou seja, o triste é que são as pessoas mais pobres aqueles que ganham menos de três salários mínimos que estão pagando o preço

do superfaturamento da roubalheira que aconteceu em todo o Paraná e em todo o Brasil.

Dai a razão e o nosso apoio a mobilização dos mutuários em todo nosso Estado e esse ato que pode ser tido como ato radical, mas necessário para que a Caixa Econômica e o Governo Federal não sejam mais insensíveis aos apelos, aos sofrimentos, às dificuldades por que passam os mutuários de todo o nosso Estado.

A questão da semana passada, nós conseguimos uma promessa de Telemaco Borba, de que haveria uma suspensão dos despejos por sessenta dias. Só que fomos comunicados que está havendo oficial de justiça pressionando os mutuários. E ontem quando conversei com um dos dirigentes da Caixa e ele disse que sim, mas antes o mutuário tem que negociar, nós entendíamos que era o contrário, primeiro havia a suspensão do despejo por sessenta dias e depois os mutuários iriam negociar. Ele disse que não. Cada mutuário individualmente que negocie terá então suspensos o despejo por sessenta dias, o que é um retrocesso com relação aquilo que nós tínhamos obtido em audiência com a Caixa Econômica.

Mas nós achamos Deputado Romanelli que além da nossa solidariedade a esse movimento, nós temos que agir de forma concreta, para que no Estado do Paraná sejam impedidos esses despejos. E também auxiliando o movimento popular que consiga provar através de auditorias o superfaturamento porque esse é o problema dos mutuários. As entidades entram na justiça mas não tem recursos para pagar engenheiros, empresas de engenharia, muitas vezes advogados caríssimos, para provar na justiça o superfaturamento.

Então queremos fazer um apelo mais uma vez nessa tribuna inclusive para sensibilizar mais o Governador, convido o Deputado Romanelli e demais a assinarem comigo um projeto de lei autorizatório permitindo que o **TECPAR** faça as auditorias, análise técnica das casas para que se comprove na justiça o superfaturamento dessas casas. Esse seria o meu primeiro ponto. Segundo ponto, nós entendemos que não pode existir despejo, tanto não pode acontecer de forma violenta despejo sem terra, já há um comprometimento do Governo Federal a esse respeito pelo menos no discurso, como não pode também por ser uma grave questão social, ocorrer despejos de mutuários em conjuntos habitacionais.

Concedo aparte ao Deputado Jocelito Canto.

O Sr. Jocelito Canto - Parece-me que no transcorrer do seu pronunciamento, Deputado Péricles Mello, o Senhor cita, no que se refere a habitação em Ponta Grossa,

que houve uma tentativa de superfaturamento e essa tentativa de faturamento em cima dos núcleos, teria sido orquestrada pelo ex-Prefeito Pedro W. Filho. Seria mais ou menos isso?

O SR. PÉRICLES DE MELLO - Sem dúvida.

Afirmo e reafirmo isso, Deputado Jocelito Canto, como fiz quando era Vereador na gestão de Wosgraw. Nós denunciávamos. Repito o que aconteceu. O Prefeito mandou um projeto de lei para a Câmara pedindo autorização da Câmara para executar infraestrutura em núcleos habitacionais construídos por empresas privadas. Fizemos uma emenda a esse projeto, dizendo que o Prefeito poderia fazer isso, desde que a infraestrutura não tivesse sido previamente financiada pela Caixa Econômica. Essa emenda foi rejeitada pela Câmara e nós tivemos que fazer uma mobilização popular em Ponta Grossa, distribuir milhares de jornais e mobilização para que o Prefeito seis meses depois, recuasse dessa lei absurda e mandasse nova lei com outro conteúdo e outro espírito.

O Sr. Jocelito Canto - E hoje se confirma esse superfaturamento em outras cidades.

O SR. PÉRICLES DE MELLO - Exatamente. Não sei se nesses 6 meses o Prefeito fez isso, mas, para concluir, Senhor Presidente, o segundo ponto em nossa ação legislativa, em nossa ação como Deputado, seria solicitar ao Governo do Estado para que não realizasse despejos dos mutuários e que esses despejos só pudessem ser realizados depois de publicado em Diário Oficial, num certo período de tempo, para que houvesse negociação política, dificultando ao máximo que atitudes bárbaras como essa sejam feitas contra famílias pobres de trabalhadores e mutuários do nosso Estado.

Muito obrigado Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao Senhor Deputado Jocelito Canto.

O SR. JOCELITO CANTO - Senhor Presidente, Senhores Deputados, o que nos traz a tribuna nesta tarde é para lamentar o que disse agora o nosso companheiro Péricles de Mello do PT, quando diz que houve uma tentativa de superfaturamento em Ponta Grossa e que, graças à postura do Deputado Péricles, Vereador, na época, o projeto acabou, depois da reação popular.

Lembro-me bem, como radialista que era na época, acabou o projeto sendo boicotado e a população disse "não" e o Prefeito recuou. A gente fica preocupado se esses

fatos se comprovem, como disse o Deputado que hoje, no Estado do Paraná, alguns casos são comprovados e aquele poderia ser mais um, mas com a presença competente do Vereador esse fato não se repetiu em Ponta Grossa e a gente lamenta que este tipo de atitude esteja a ocorrer no Paraná e se tentou na nossa cidade, que é a capital cívica do Paraná.

Mas o que nos traz à tribuna hoje, Senhor Presidente, são dois assuntos. O primeiro, o orçamento para 1996 que iniciamos a discussão nessa Casa, que é o projeto de lei orçamentária para o ano seguinte e nós Deputados de Ponta Grossa discutíamos e conversávamos a respeito de que esse orçamento para 1996 nós vamos englobar a nossa comunidade e os Campos Gerais para que discutam com a gente o que deve ser feito com relação a esse orçamento, que tipo de emendas podem ser propostas pela região e principalmente pela nossa cidade através de um estudo que será feito pela Universidade Estadual de Ponta Grossa, com os seus técnicos e nós, Deputados de Ponta Grossa queremos propor uma discussão ampla para que a cidade participe do futuro orçamento do Governo do Estado para o ano seguinte.

Acho que essa é uma forma de envolvermos a comunidade para que participe e não receba pronto este orçamento.

Outro assunto que nos traz a esta tribuna é um fato bastante importante que aconteceu nos últimos dias. E havíamos, em muitos momentos aqui, brigado, comprado a briga, entramos até, em determinados momento em atrito, para que fosse liberada a verba da Santa Casa de Ponta Grossa. Deputado Nelson Tureck, graças a Deus estamos recebendo a informação de que o nosso Governador Jaime Lerner, mandou liberar de acordo com aquilo que ele havia dito aos nossos Campos Gerais. Porque quando ele libera uma verba para saúde para a Santa Casa de Ponta Grossa, ele não está só liberando para Ponta Grossa, porque a Santa Casa atende todos os Campos Gerais. E, desta forma, Ponta Grossa como cidade sede da região, acaba sendo beneficiada a Santa Casa e beneficiando todos os Campos Gerais.

Por isso, neste sentido, queremos, aqui, manifestar nossa satisfação através da palavra do Governador de que as coisas iriam acontecer e realmente estão acontecendo. Houve um compromisso do Governador e aqui está a verba da Santa Casa, que receberá no próximo sábado, depois do compromisso assumido com o Governador do Estado. Acho importante que a Santa Casa receba esta verba porque ela está cuidando de todos os interesses, principalmente da saúde do nosso povo mais simples, do nosso povo de toda a região.

O Sr. Luiz Carlos Zuk - Vossa Excelência me concede um aparte?
(Assentimento)

Deputado Jocelito Canto, o primeiro assunto que Vossa Excelência traz a esta Casa é de fundamental importância não só a Ponta Grossa, à Região dos Campos Gerais mas a todo o Paraná. O orçamento enviado e a abertura de prazo para todos os Senhores Parlamentares no que concerne às emendas a serem efetuadas, faz com que todos nós, principalmente este Poder e esta Casa tenha a responsabilidade não só de fazer as alterações necessárias com emendas, mas também de fiscalizar o orçamento para que seja cumprido. Tenho certeza que a área da saúde, a área da educação e, principalmente, em termos de MERCOSUL, a área nossa de transporte seja ela beneficiada com aquilo que realmente é melhor para o Paraná. Sabemos que os técnicos e principalmente a Secretaria de Planejamento, fez com que este orçamento fosse ele montado em cima daqueles valores da realidade dos dias de hoje.

Feito isso, nós que queremos o bem da nossa cidade e da nossa região e do nosso Estado, já em contato com a sua pessoa e com a pessoa do Plauto, vamos trazer a participação do corpo da nossa Universidade Estadual de Ponta Grossa, do nosso companheiro professor universitário Péricles de Mello, que faz parte daquela instituição, para trazer a somatória do que é melhor para a região, para a cidade e para este espaço do Paraná.

Tenha certeza, Vossa Excelência, que teremos, em futuro bastante breve as emendas prontas para serem inseridas nesse orçamento e teremos anuência, não só do Líder do Governo, nosso companheiro Algaci Túlio, mas também a participação do Secretário de Planejamento que dará para nós o aval em termos de Governo do Estado na pessoa de Jaime Lerner.

No que concerne aquele assunto que toda a família de Ponta Grossa, e mais principalmente os responsáveis pela Santa Casa de Misericórdia na pessoa do Sr. Provedor, Salen Chama, do Diretor Financeiro, Rubens Tuma, e do Conselheiro, Rubens Michiteky, que aqui estavam conosco, não em uma, nem em duas, mas em várias oportunidades percorrendo os canais de administração do Paraná, indo na Casa Civil, voltando à Secretaria de Saúde, indo à Secretaria de Planejamento, retornando ao Palácio Iguaçu, vimos que realmente aquele trabalho feito pela tua pessoa Jocelito, pelo Plauto, por nós e pelo Péricles fez com que realmente o objetivo fosse alcançado, não só no atendimento da Santa Casa, mas também naquele convênio a ser pré-estabelecido com o Hospital da Criança Regional que vai ser criado na Cidade em atendimen-

to a todo esse espaço do Paraná, que é a Região dos Campos Gerais.

Fora isso também estará S. Exa., o Secretário de Saúde, distribuindo aquela cesta básica de remédios, que antes, em Governos anteriores eram dados pessoalmente, e aqui em Curitiba, a cada um dos municípios do Paraná, não sabendo a comunidade realmente a quantidade e principalmente a determinação a ser feita com aqueles remédios. Hoje, num sentido comunitário e totalmente apolítico o Secretário de Saúde vai reunir no próximo dia 21 toda a comunidade da Região dos Campos Gerais dando a oportunidade para que não só nós os Deputados, mas para que toda a população fiscalize o que é entregue e o que deverá ser distribuído em cada comunidade da nossa região.

Quero nesse instante cumprimentar V. Exa. dizendo que aquilo que foi realmente um entreveio, no dia de hoje é uma resposta positiva, principalmente aos carentes da região, aos doentes, aos necessitados assistidos pela Santa Casa; e teremos em oportunidades futuras o beneplácito não do Governo, mas a responsabilidade administrativa do Jaime Lerner que irá devolver à Ponta Grossa e à região o que lhe foi tirado há muitos anos atrás.

É uma região que contribui com o Estado, que muito ofereceu ao Paraná e que pouca coisa recebeu, e agora está sendo realmente agraciada com aquilo que realmente necessitamos. Muita coisa ainda iremos reclamar para que o passado, para que o presente e para que o futuro tenha realmente a atenção do Governo maior deste Paraná.

Meus cumprimentos a V. Exa..

O Sr. Péricles de Mello - Queria cumprimentar o Deputado Jocelito Canto pelo seu pronunciamento, pela sua idéia.

Achamos que sem dúvida é hora de unirmos força às representações dos Campos Gerais, para que consigamos obter no orçamento algumas questões necessárias para a nossa cidade.

Já estivemos juntos com o Governador Jaime Lerner, com Lideranças de Ponta Grossa, da Associação Comercial, Lideranças Sindicais, Movimento Popular fazendo uma série de reivindicações. Acho, Deputado Jocelito, que deveríamos, os quatro Deputados de Ponta Grossa, organizarmos uma reunião imediatamente na cidade mas com a participação não apenas dos técnicos da Universidade, esses são imprescindíveis, mas também o Prefeito Municipal com técnicos da Secretaria do Planejamento da Prefeitura e de administração e finanças, representações de sindicatos de trabalhadores, associações de mutuários, associação de favelas, para que escolhêssemos ques-

tões prioritárias para que juntos assinássemos emendas ao orçamento, e tenho certeza, como disse o Deputado Luiz Carlos Zuk, o Governador Jaime Lerner saberá reconhecer os interesses importantes da Região dos Campos Gerais que tanto tem feito a favor do Paraná e tão pouco tem recebido.

Então renovo o nosso apelo, me congratulo com o Sr., com o Deputado Zuk, com o Deputado Plauto para que juntos façamos uma grande reunião para ver as prioridades para o nosso município, para a nossa região e assinemos juntos as emendas em benefício da nossa cidade e da Região dos Campos Gerais.

Muito Obrigado.

O SR. PLAUTO MIRÓ - Escuto suas palavras e vejo que o Governo Jaime Lerner dentro das suas possibilidades orçamentárias, que sabemos que o Estado passa por momentos difíceis e vem cumprir aquilo que nos falou, a nós Deputados, numa audiência com ele com representantes da Santa Casa de Misericórdia de Ponta Grossa.

E neste sábado viabilizando a entrega para os diretores, para o provedor daquela Santa Casa. Quando você fala do orçamento do Estado fiz uma leitura rápida no orçamento que nos foi entregue no começo da semana e vejo que dentro desse orçamento aquele compromisso de campanha do Governo Jaime Lerner está sendo tirado do papel e está sendo colocado em ação.

Vejo uma emenda onde se viabiliza recursos para implementar e viabilizar o Parque de Vila Velha através da Eco Turismo, vemos que tem recursos para que seja construído esse Parque de Vila Velha, que vai interligar o buraco do padre e também o Bartelar e as estradas dos Campos Gerais, Deputado Jocelito, que estão sendo pavimentadas dentro desse orçamento, vemos emendas, emendas não, mas dentro do orçamento vemos que já está incluído que essas estradas vão ter recursos para poderem terminar nesse ano de 96.

Então fico contente, vejo que os programas estão saindo do papel, os compromissos estão sendo viabilizados e nossa cidade de Ponta Grossa através dos seus representantes, Deputados Jocelito Canto, Luiz Carlos Zuk, nosso companheiro Péricles, vemos que aquilo que está acontecendo vai levar a nossa região, a região de Ponta Grossa para frente, para o novo futuro.

O Sr. Jocelito Canto - Muito obrigado Deputado Plauto pelo aparte, queremos agradecer ao nosso Líder Deputado Algaci Túlio, nosso valeroso Líder que tem nos auxiliado tanto nesta Casa, e desta forma ficamos satisfeitos com a atuação do Governo que entrega para a nossa cidade no

próximo sábado a tão esperada verba da Santa Casa.

Quero agradecer ao Deputado Luiz Carlos Zuk, que nos momentos corretos soube ponderar para que tivéssemos um pouco de paciência que as coisas iriam acontecer, a experiência fazendo com que pudéssemos aguardar o recurso que está acontecendo agora. Mas valeu, porque acho que o resultado está aí o dinheiro vai ser entregue. E quanto ao orçamento geral, acho que a idéia do Deputado Péricles é muito boa e vamos passar no dia de hoje, Deputado Péricles a fazer uma reunião imediata com todas as lideranças de Ponta Grossa para que possamos pela primeira vez na história dessa cidade ter uma reunião a nível de Ponta Grossa.

Ao encerrar as minhas palavras quero dizer que vamos pela primeira vez na história da cidade de Ponta Grossa ter uma primeira reunião a nível de Ponta Grossa e uma segunda reunião a nível de Campos Gerais onde englobaríamos o orçamento para discutir com a comunidade. Para que, a comunidade não diga depois que seus representantes não conversaram, tomaram iniciativas próprias sem consultar a população.

Esse é o desafio que vamos, a partir de agora, lançar junto com os nobres Deputados que representam os Campos Gerais.

Muito Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao Deputado Joel Coimbra.

O SR. JOEL COIMBRA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Nesta oportunidade, retornamos ao tema do Sistema Financeiro de Habitação para registrar a experiência do nosso tempo de trabalho em contato com a área.

Já adianto que pelo que conhecemos do Sistema Financeiro de Habitação dos últimos tempos. Ele representa uma história lamentável de má administração, onde mistura os ingredientes da improbidade administrativa, da corrupção e da violência contra os trabalhadores.

Desde 1990, acompanho, nobres colegas Deputados, Senhor Presidente, acompanho o procedimento de implementação do Código de Defesa do Consumidor e nesse trabalho a maior preocupação é no que tange ao Sistema Financeiro de Habitação, porque o SFH, além de ser mal gerido, trata os mutuários da mesma forma como procede o mais vulgar picareta de esquina.

O Sistema Financeiro de Habitação, que hoje está numa situação de crise, está falido de tal forma que não temos palavras para justificar a sua existência. Ele patrocinou uma modalidade esdrúxula de financiamento, onde, para acobertar as taxas escorchantes que cobravam e que desta for-

ma, tornavam a prestação tão elevada que os trabalhadores não podiam pagar, utilizaram um mecanismo de estimular os trabalhadores a forjar uma renda.

Dessa forma, toda vez que um trabalhador se interessava em adquirir determinados imóveis, ele era orientado na própria corretora, na própria imobiliária a declarar determinado trabalho, determinada atividade econômica que lhe proporcionaria uma renda complementar a do seu salário.

Com isso, Senhor Presidente, ele, no papel, conseguia a condição cadastral para obter financiamento, mas como isso era uma situação fictícia, logo nas primeiras prestações, ele se via impossibilitado de cumprir aqueles compromissos, atrasava as prestações e aí começava o seu martírio: cobranças, ameaças e assim por diante.

É fundamental ressaltar que no próprio contrato do Sistema Financeiro de Habitação já havíamos estampadas as irregularidades. Nenhum contrato do SFH segue as regras mínimas que a Lei de Defesa do Consumidor estabelece. Continua o Sistema Financeiro usando cláusulas abusivas, cláusulas incompreensíveis, cláusulas colocadas tão somente para amarrar o consumidor, para coagi-lo e quando o consumidor inadimplente procura o Sistema Financeiro de Habitação, tentando acertar as suas contas, ele recebe todo tipo de ameaça. Me recordo que dias atrás em Maringá, uma funcionária da Caixa Econômica, ao realizar uma reunião num bairro, não apenas ameaçou os mutuários como disse taxativamente que a situação deles estava daquele jeito, por culpa dos políticos que não davam a eles, condições de pagar, quando na verdade, a situação dos mutuário está difícil por culpa de má administração da Caixa Econômica que desviou dinheiro, que cobra mal e que continua ameaçando os trabalhadores.

Nenhum trabalhador consegue ingressar na Caixa Econômica para fazer acerto das suas prestações, sem encontrar a má vontade de determinados gerentes, de determinados funcionários e existe até aliciamento por parte da própria Caixa à entidade de mutuários, um aliciamento que consiste da seguinte maneira: ela favorece o acerto de um para que ele possa depois, funcionar como um cabo eleitoral da Caixa Econômica junto aos demais mutuários.

Senhores Deputados, neste momento em que falamos na reestruturação do Estado, que nós falamos do enxugamento do Estado, nós podemos aqui lembrar duas coisas: primeiro, a Caixa Econômica deveria participar do sistema de julgamento já que ela não é mais um órgão de fomento da habitação, seria conveniente que acatássemos as idéias que já foram colocadas, aqui, para os nossos colegas, no sentido da Caixa ser

incorporada ao Banco do Brasil e os seus funcionários, evidentemente, poderiam ser incorporados a outros órgãos da administração federal. E o Banco do Brasil poderia, evidentemente, criar um departamento de habitação popular.

Queremos, então, somar aos nossos companheiros. Primeiro, nessa denúncia contra os abusos que a Caixa Econômica comete. Segundo: na solidariedade aos nossos mutuários. Terceiro: na idéia de que nós venhamos a extinguir a Caixa Econômica, com a sua incorporação ao Banco do Brasil, absorção dos seus funcionários em outros órgãos públicos federais e a criação - no Brasil - de um sistema destinado à habitação popular. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o Deputado João Techy Filho.

O SR. JOÃO TECHY FILHO - Sr. Presidente, Srs. Deputados. Inicialmente quero me somar aos representantes de Ponta Grossa quanto à manifestação, ao pronunciamento do Deputado Jocelito em relação à Santa Casa, dizendo que nós, da Região de Imbituva, Ivaí também nos utilizamos bastante do serviço de saúde de Ponta Grossa e eu, inclusive, por diversas vezes, enviei pacientes para a Santa Casa e eles têm nos atendido muito bem, apesar de que deve se obedecer uma certa ordem de regionalização. E agradecemos ao Governador porque os nossos pacientes também, lá da Região, vão ser melhor atendidos.

Quero me pronunciar a respeito do café da manhã com o Secretário de Meio Ambiente Itoshi Nakamura, que nos convidou - como a todos os Deputados - para participar do lançamento de um programa interessante que, até hoje, era infundável, um problema que os agricultores a todo instante levavam ao conhecimento dos vereadores, do pessoal que estava ligado à administração estadual, municipal. Porque não tinha um programa, um projeto para se eliminar os vasilhames, as embalagens de agrotóxicos. E hoje o Secretário fez um pronunciamento e disse que o programa está iniciando e este problema será resolvido de vez. Então até hoje sempre se tinha que dar uma desculpa para os agricultores: - Olha, vão fazendo mais construções no meio das suas lavouras e vão empilhando, com todos os cuidados. Dava um problema que poderia ser resolvido de uma vez, sempre jogava esse problema para os agricultores. E cada vez mais eles tinham que aumentar esses barracões no meio das lavouras e guardar esses vasilhames, essas embalagens. Isso é importante porque tinha que tomar certos cuidados e agora já existe um plano aonde foi feito um acordo entre empresas produtoras desses inseticidas, empresas que co-

mercializam e industrializam produtos alimentares, então já existe um plano piloto na cidade de Palotina e daqui para frente já poderemos dar uma melhor explicação aos agricultores que vai ser eliminado de vez o problema das embalagens de agrotóxicos. E também nesse pronunciamento fomos testemunha com o Vice-Presidente, o Deputado Zuk, o Deputado Edno Guimarães, Deputado Tureck, Deputado Neivo Beraldin, Deputado Seleme, Deputado Cartário, Deputado Samis e o Deputado Duílio Genari, então a gente vai aqui para a frente realmente verificar que o problema do Secretário é resolver encarar de fato esse problema maior que é o lixo tóxico da agricultura. E é isso que a gente mais uma vez viu um problema uma vez ser encarado e ser resolvido através do Secretário Itoshi Nakamura dentro de um programa todo do nosso Governador Jaime Lerner. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Liderança do Governo.

O SR. ALGACI TÚLIO - Sr. Presidente e Srs. Deputados, venho à Tribuna hoje por dois motivos, hoje a exemplo de ontem também para cumprimentar, para tecer as minhas considerações para um veículo de comunicação do qual eu pertenci como seu funcionário, que é o Jornal a Tribuna do Paraná que hoje completa 39 anos de existência. A Tribuna que nós vimos iniciar na Barão do Rio Branco, a Tribuna que hoje está no Jardim Mercês e que é sem dúvida alguma o jornal mais popular do Paraná, o jornal que chega à casa do trabalhador mais humilde todos os dias. E eu tive a felicidade de na minha carreira como homem de repórter policial pertencer aos quadros da Tribuna do Paraná por vários anos com a responsabilidade de fazer todos os dias uma página, uma página e meia sobre o noticiário policial. Pertenci também do mesmo grupo de Paulo Pimentel, ex-Governador do Paraná, ao Canal 4, onde tive também a felicidade de ter obtido na época, há quase quinze anos atrás, os maiores índices de audiência da televisão do Paraná, formando ao lado de pessoas, a exemplo do Secretário da Segurança Pública hoje Candido Manoel Martins de Oliveira, de Jamur Júnior e de tantos outros profissionais, a exemplo na Tribuna de Boneslau Silviani, de Rodrigo Manoel Marquesini Freitas e de Nelson Comel e tantos outros. Por isso, venho aqui cumprimentar a direção dos órgãos de comunicação de Paulo Pimentel pelos 39 anos de Tribuna do Paraná.

Venho também Sr. Presidente, lamentando um fato que aconteceu na França no último domingo e que vitimou infelizmente um curitibano, não um curitibano de nascimento, mas um curitibano de coração, um jovem

que nasceu em São Paulo mas que aos dois anos de idade já estava com seus pais morando aqui em Curitiba, no nosso bairro de Santa Felicidade. O bairro do nosso Deputado Luiz Accorsi, o bairro dos meus familiares e o bairro que todos nós admiramos que é Santa Felicidade. Lamentavelmente o Piloto Marcos Campos, que foi vítima de um acidente no último domingo na França estava até ontem a noite com morte cerebral. Infelizmente nos primeiros minutos da madrugada de hoje confirmou-se a sua morte. Seus pais já estão na França, graças ao entendimento com o Consulado porque não haveria tempo de preparar os passaportes, já estão lá tratando do traslado para Curitiba.

O corpo do Piloto deverá chegar a Curitiba na próxima 5.^a feira e numa deferência do Presidente da Assembléia, num entendimento com este Parlamentar e com o Deputado Luiz Accorsi e com todos os Parlamentares eu tenho certeza que se somam a esta homenagem póstuma vai ser oferecido este Plenário para que aqui seja velado este jovem que era um talento dessa Fórmula 3.000, e poderia num futuro próximo, quem sabe, ser o nosso representante na Fórmula 1.

Perde o Esporte Brasileiro, perde o Esporte Nacional uma grata revelação, perdemos nós curitibanos, nós paranaense um filho que evidentemente poderia dar muitas alegrias ainda ao desporto Nacional. Por isso faço aqui esta homenagem póstuma Sr. Presidente em nome não apenas meu, mas do Deputado Luiz Accorsi, temos laços de amizade com a família deste jovem, mas tenho certeza de todo o Plenário da Assembléia que se soma neste momento de dor, sofrimento da família dos pais deste jovem que infelizmente sofreu esse acidente lá na França.

Fica o registro Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,
com a presença de 52 Srs. Deputados.

Promulgação de Emenda Constitucional Estadual. Esta Presidência irá proceder neste momento a Promulgação da Emenda n° 003 à Constituição do Estado do Paraná. Solicito do Sr. 1° Secretário que proceda a leitura dos termos da Emenda n° 003 à Constituição do Estado.

O SR. 1° SECRETÁRIO (Luiz Carlos Martins) - (Lê):

"EMENDA N° 003 À CONSTITUIÇÃO
DO ESTADO DO PARANÁ

A Mesa da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná Promulga nos Termos do § 3° do Art. 64 da Constituição Estadual a seguinte:

EMENDA CONSTITUCIONAL

Artigo Único - Fica suprimida do § 7°, do Art. 179, da Constituição do Estado do Paraná, a seguinte expressão:

"Até o limite de dez por cento, devendo a despesa excedente financiada, com outros recursos orçamentários."

Palácio XIX de Dezembro, em 17.10.95

(a) COMISSÃO EXECUTIVA"

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa da Assembléia do Estado do Paraná promulga nos termos do § 3° do Artigo n° 64 da Constituição do Estado a Emenda n° 003 da Constituição do Estado do Paraná.

Esta Presidência tem a satisfação de convidar o Sr. 1° Secretário a por a sua assinatura no autógrafo da Emenda n° 003 que acabo de promulgar.

Da mesma forma solicito ao Senhor 2° Secretário apor sua assinatura no autógrafo da Emenda Constitucional n° 03.

Esta Presidência declara promulgada a Emenda n° 03 à Constituição do Estado.

Determino a sua publicação no Diário da Assembléia Legislativa e no Diário Oficial do Estado do Paraná para que produza os efeitos legais.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Senhor Presidente, Deputado Anibal Khury, Senhor Secretário Luiz Carlos Martins, Senhor 2° Secretário Nelson Garcia.

Gostaria de manifestar o meu contentamento pessoal e tenho certeza que da grande maioria desta Casa, pela promulgação nesta Sessão Plenária, desta Emenda Constitucional, promulgação esta que vem de encontro à reivindicação da totalidade dos prefeitos municipais do Estado do Paraná que enfrentavam e enfrentam dificuldades em manter o transporte escolar e vejo que em nenhum momento, esse ato que a Assembléia Legislativa pratica nesse instante, será prejudicial para a educação como algumas pessoas possam imaginar.

Tenho certeza, conhecendo como nós conhecemos e os Senhores Deputados aqui conhecem a questão educacional no interior do Paraná e a questão do transporte é também hoje de fundamental importância para a educação, principalmente naqueles municípios onde já se procedeu a nuclearização do ensino ou mesmo naqueles onde existem escolas isoladas e que se faz necessário, muitas vezes, transportar um professor com um nível de conhecimentos melhor, para que o aluno do mais distante distrito ou localidade, possa receber um ensino com a mes-

ma qualidade daqueles que frequentam escolas no perímetro urbano ou na sede do município.

Tenho certeza que o ato que a Assembléia pratica hoje, representando a vontade da maioria desse parlamento é um ato de justiça, é um ato de reconhecimento da importância que tem a educação no Estado do Paraná e mais que isso, aqueles que preocupados estão com a questão do salário do professor, este assunto também está sendo tratado pelo Presidente da República que anunciou neste final de semana, percentuais que deverão ser atribuídos dentro da verba de educação, a título de salário para os professores e o que deverá ser atribuído na forma de investimentos e manutenção do ensino. Isso será tratado a nível de Congresso Nacional, a nível de Emenda à Constituição e tenho certeza que aquela preocupação que alguns tinham quanto à questão salarial dos professores estará resguardada a partir do momento em que essa proposta for votada e estabelecer parâmetros.

Portanto, em meu nome pessoal e tenho certeza que de uma grande maioria desta Casa, quero lhe cumprimentar, a exemplo do 1º Secretário Luiz Carlos Martins e 2º Secretário Nelson Garcia, pela promulgação dessa emenda que vem de encontro aos interesses da educação do Paraná e à manifestação e solicitação dos prefeitos do nosso Estado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a mesa, expediente subscrito pelo Sr. Deputado Joel Coimbra, constante do expediente, comunicando sua desfiliação do Partido Progressista. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Projeto de resolução de autoria da Sra. Deputada Ironi Pugliesi, constante do expediente, devidamente apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria dos Srs. Deputados Renato Adur e Orlando Pessuti, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Luiz Accorsi, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Sâmis da Silva, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 04 (quatro) de autoria do Sr. Deputado Jocelito Canto, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso

distribuído aos Srs. Deputados.

ITEM 01

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 062/95 de autoria do Deputado Cesar Seleme que torna obrigatória a instalação de porta de segurança nas agências bancárias do Estado do Paraná e dá outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J., C.F. e C.S.P.. EMENDAS DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 22, de 22.03.95).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 062/95

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Cesar Seleme, tem por finalidade tornar obrigatória a instalação de porta de segurança nas agências bancárias do Estado do Paraná e dá outras providências.

Sob os aspectos constitucional, legal e regimental não existem óbices a normal tramitação da Proposição em tela.

Vale ressaltar que a matéria foi objeto de diligência junto a Polícia Militar do Estado do Paraná e através do Ofício nº 0529/95-CG a mesma pronunciou-se favoravelmente à medida proposta ressaltando que: "Equipadas com as Portas de Segurança, evidentemente que as Agências Bancárias não necessitarão contar com uma maior atenção por parte do policiamento ostensivo, o qual poderá ser direcionado para outros locais que apresentam maior prioridade em termos de segurança pública e valor social (interesse da coletividade)".

Nestas condições, nosso parecer é Favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 08.08.95.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
JOSÉ TAVARES - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 062/95

P A R E C E R:

Tornar obrigatória a instalação de porta de segurança nas agências e postos de serviços bancários instalados no Estado do Paraná, é o objeto do presente projeto de lei, de autoria do Deputado Cesar Seleme.

Por se tratar de um projeto de lei que trará consequências positivas ao interesse da coletividade, particularmente aos bancários e aos clientes desses estabelecimentos, e por se enquadrar aos preceitos legais, a Comissão de Constituição e Justiça manifestou-se favoravelmente.

Na apreciação desta Comissão de Finanças, o projeto de lei em pauta é de alcance social e não trará qualquer ônus ao Estado, merecendo pois nosso parecer Favorável.

vel.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 16.08.95.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
ALBANOR GOMES - Relator

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

PROJETO DE LEI N° 062/95

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Exmo. Deputado César Seleme, tem como objetivo obrigar a instalação dos equipamentos de segurança que especifica em todas as agências bancárias do Estado do Paraná, aumentando assim tanto a segurança de funcionários e clientes quanto a integridade patrimonial destas empresas. Este parecer ainda apresenta uma Emenda Aditiva ao "caput" do art. 1° do projeto de lei, emenda esta elaborada de comum acordo com o Nobre Par proponente.

Chamada esta Comissão a se manifestar, somos de parecer favorável, eis que o Nobre Par bem demonstrou em seu projeto de lei a necessidade e a indispensabilidade da instalação destas "Portas de Segurança", nas agências bancárias do Paraná. Sob todos os aspectos possíveis de análise, até da relação custo-benefício, a instalação dos referidos equipamentos se demonstra totalmente recomendável. Mas o aspecto que mais deve pesar, qual seja, a integridade física de funcionários e clientes, é o melhor preenchido com o presente projeto de lei. É necessário ainda destacar que, de comum acordo com o Deputado proponente, a emenda apresentada, de autoria deste Relator, ao melhor especificar os equipamentos componentes destas "Portas de Segurança", acaba por contribuir com a facilitação da implementação destes equipamentos.

Militam ainda a favor do presente projeto de lei a minuciosa especificação técnica exaustivamente colocada pelo Exmo. Deputado Autor no projeto e na emenda apresentada, o que permite a instalação "ad immediatum" após o sancionamento e promulgação da futura lei, além de já estabelecer as penalidades pelo descumprimento do regulamentado, em tela o que caracteriza a futura norma como "lex perfecta". Assim, o projeto de lei, no presente caso, aponta no sentido do atendimento ao bem comum, devendo portanto ser aprovado.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Sala das Comissões, em 20.09.95.

(aa) RICARDO CHAB - Presidente
ANGELO VANHONI - Relator

EMENDA ADITIVA

PROJETO DE LEI N° 062/95

O "caput" do art. 1° do Projeto de Lei n° 062/95 passa a vigor com a seguinte redação:

"Art. 1° - Fica obrigatória a instalação de Porta Eletrônica de Segurança individualizada e de Câmaras de Filmagem e Gravação, nas agências e Postos de Serviços Bancários e em todos os acessos destinados ao público".

Sala das Sessões, em 20.09.95.

(a) ANGELO VANHONI

Apoio: Edno Guimarães.

JUSTIFICATIVA:

Tendo em vista, a importância da segurança pessoal e ocupacional de cidadãos de todas as esferas da sociedade, é louvável qualquer iniciativa para proteção do Sistema Bancário. A instalação obrigatória de câmaras de filmagem e gravação ou equipamento semelhante, se aprovada reprimirá pela facilidade de identificação a atuação de indivíduos que tenham em mente o roubo em agências bancárias.

As despesas de instalação dos equipamentos, certamente serão menores do que prejuízos advindos de eventuais assaltos, trazendo mais segurança aos usuários.

ITEM 02

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 080/95 de autoria dos Deputados Angelo Vanhoni e Algaci Túlio que autoriza o Poder Executivo Estadual a empreender os estudos e planejamento necessários à criação da Coordenadoria do Desenvolvimento do Litoral do Paraná - CODEL. PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J., C.F., C.E.M.A. e C.S.P.. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 24, de 27.03.95).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 80/95

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Angelo Vanhoni, tem como objetivo autorizar o Poder Executivo Estadual a empreender os estudos e o planejamento necessário à criação da Coordenadoria de Desenvolvimento do Litoral - CODEL.

Chamada esta Comissão a se manifestar, somos de parecer favorável, eis que atendidos todos os pressupostos regimentais e constitucionais necessários a regular tramitação do presente projeto de lei.

Outrossim, destacamos inexistir qualquer óbice legal quanto a forma ou sobre a matéria que o projeto de lei "sub examine" procura regular.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Sala das Comissões, em 06.06.95.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
EMERSON NERONE - RelatorCOMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI N° 080/95

P A R E C E R:

A proposição, em epígrafe, objetiva

autorizar o Executivo Estadual a desenvolver estudos e planejamento a criação da Coordenadoria de Desenvolvimento do Litoral do Paraná - CODEL.

No que concerne a competência desta Comissão, conforme § 3º do art. 33, do Regimento Interno deste Poder, o projeto está plenamente justificado pelo seu escopo. Nobre a preocupação dos parlamentares signatários, autores da proposição, posto que vem de encontro as reivindicações da população do litoral paranaense, com destaque ao do Porto de Paranaguá, que há muito não tem um projeto de porte para seu desenvolvimento.

Tal iniciativa oportunamente bem-vinda, neste momento em que o Porto paranaense se torna estratégico para o desenvolvimento do comércio no MERCOSUL, podendo repercutir benéficamente para a sociedade, inclusive para as finanças públicas, em âmbito nacional, se o Executivo Estadual concretizá-la.

Logo, esta Comissão manifesta seu parecer favorável à proposição.

Sala das Comissões, em 27.06.95.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DOUTOR ROSINHA - Relator

COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE PROJETO DE LEI Nº 080/95

P A R E C E R :

O projeto de lei em epígrafe, de autoria do nobre Deputado Angelo Vanhoni, tem por objetivo autorizar o Poder Executivo Estadual a "empreender os estudos e planejamento necessários à criação da Coordenadoria de Desenvolvimento do Litoral do Paraná".

O referido projeto, em seu artigo 2º, inciso V, faz menção ao "Meio Ambiente", entre as funções dessa Coordenadoria na realização de suas ações programáticas.

Para a ecologia, para a preservação de nosso Litoral Paranaense, trata-se de uma lei de suma importância, por propor equilíbrio entre o desenvolvimento do Porto de Paranaguá (MERCOSUL), e a manutenção dos recursos naturais que a Mata Atlântica oferece ao homem, ao Estado e ao Brasil nessa região litorânea.

Com mérito do projeto de lei, preservando a ecologia em nosso litoral paranaense, nosso PARECER é FAVORÁVEL.

Sala das Comissões, em 09.08.95.

(aa) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES - Presidente
MARQUINHOS ALVES - Relator

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA PROJETO DE LEI Nº 080/95

P A R E C E R :

O plano de lei em exame, de autoria dos Deputados Angelo Vanhoni e Algaci Túlio, autoriza ao Executivo Estadual, a

realização de estudos e planejamento para criação da Coordenadoria de Desenvolvimento do Litoral - CODEL.

No mérito, como competência desta Comissão, emitimos parecer favorável, visto que nos estudos de planejamento e de ação do governo estadual para o desenvolvimento da região litorânea paranaense estão a área de saúde.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 30.08.95.

(aa) LUIZ ACCORSI - Presidente
DOUTOR ROSINHA - Relator

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 081/95, de autoria do Deputado Angelo Vanhoni, que autoriza o Poder Executivo Estadual a empreender estudos e o planejamento necessário à Construção do Hospital Regional do Litoral, no município de Paranaguá. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.S.P., C.F. e C.O.P.T.C. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 24, de 27.03.95).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 81/95

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Angelo Vanhoni, tem como objetivo autorizar o Poder Executivo Estadual a empreender os estudos e o planejamento necessário à construção do Hospital Regional do Litoral, no Município de Paranaguá. Chamada esta Comissão a se manifestar, somos de parecer favorável, eis que atendidos todos os pressupostos regimentais e constitucionais necessários a regular tramitação do presente projeto de lei.

Outrossim, destacamos inexistir qualquer óbice legal a forma ou sobre a matéria que o projeto de lei "sub examine" procura regular.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Sala das Comissões, em 06.06.95.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
EMERSON NERONE - Relator

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA PROJETO DE LEI Nº 81/95

P A R E C E R :

O presente projeto de lei nº 81/95, de autoria do Deputado Angelo Vanhoni, autoriza o Poder Executivo Estadual a empreender estudo e o planejamento necessários à construção do Hospital Regional do Litoral, no Município de Paranaguá.

Sobre a matéria constatamos já existir o pronunciamento Favorável das Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

Chamada a opinar, esta Comissão de Saúde Pública, segue o mesmo entendimento das Comissões supramencionadas, e entendemos não existir nenhum óbice quanto a sua normal tramitação nesta Casa de Leis.

Sendo assim, emitimos Parecer Favorável, opinando pela sua Aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 29.08.95.

(a) LUIZ ACCORSI

Presidente e Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI N° 81/95

P A R E C E R:

Objetiva o presente projeto, cuja autoria é do nobre Deputado Angelo Vanhoni, empreender estudos e o planejamento necessários à construção do Hospital Regional do Litoral, no município de Paranaguá.

Diante da justificativa do autor do Projeto e, tendo em vista que a comunidade litorânea conta, atualmente, apenas com a assistência da Santa Casa de Misericórdia, somos de Parecer Favorável ao Projeto de Lei n° 81/95, preenchidas as formalidades legais.

Sala das Comissões, em 09.08.95.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

MILTON PUPPIO - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
PROJETO DE LEI N° 81/95

P A R E C E R:

Para análise desta Comissão o projeto de lei de autoria do Deputado Angelo Vanhoni que autoriza o Poder Executivo Estadual a empreender estudos e o planejamento necessários à construção do Hospital Regional do Litoral no município de Paranaguá.

De acordo com o § 6° do Artigo 33 do Regimento Interno desta Casa, compete a esta Comissão manifestar-se sobre proposições relativas à presente matéria.

Face os propósitos altamente meritórios do projeto em análise somos de parecer favorável ao mesmo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 31.08.95.

(aa) GERALDO CARTÁRIO - Presidente

PÉRICLES DE MELLO - Relator

ITEM 04

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 108/95, de autoria do Deputado Carlos Simões, que estabelece obrigatoriedade do registro das Academias de Artes Marciais junto à Secretaria de Estado da Segurança Pública. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., S.P. e C.E.C.E. SUBSTITUTIVO GERAL DA Comissão de Educação, Cultura e Esportes. Aprovado. (Publ. no DA. n° 34, de 17.04.95).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 108/95

P A R E C E R:

O plano de lei de autoria do nobre De-

putado Carlos Simões, estabelece a obrigatoriedade do registro das academias de artes marciais junto à Secretaria de Estado da Segurança Pública.

Ao analisar o substitutivo geral ao Projeto de Lei n° 108/95, achamos oportuno devido a necessidade de um controle mais rígido quanto à qualificação dos seus profissionais.

Com o exposto, somos de parecer Favorável à sua tramitação normal.

Sala das Comissões, em 16.05.95.

(aa)-JOEL COIMBRA - Presidente

GERALDO CARTÁRIO - Relator

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
PROJETO DE LEI N° 108/95

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Carlos Simões, tem como objetivo estabelecer a obrigatoriedade do registro das academias de Artes Marciais e congêneres junto a Secretaria de Estado da Segurança Pública.

Chamada esta Comissão a se manifestar, somos de parecer favorável, eis que indiscutível a necessidade de haver controle, por parte da Administração Pública, sobre quaisquer estabelecimentos cuja produção social, mesmo que através de serviços, possa redundar em danos ao cidadão. É o caso das academias de artes marciais.

Por outro lado, os recentes acontecimentos noticiados pela imprensa, onde jovens foram espancados por gangues que tem como ponto de origem algumas academias sem qualificação, é outra circunstância que milita a favor deste relevante projeto apresentado pelo Excelentíssimo Deputado Carlos Simões.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Sala das Comissões, em 23.05.95

(aa) RICARDO CHAB - Presidente

ÂNGELO VANHONI - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E ESPORTES
PROJETO DE LEI N° 108/95

P A R E C E R:

O presente plano de lei, de autoria do Deputado Carlos Simões, tem por objetivo estabelecer a obrigatoriedade do registro das academias de artes marciais junto à Secretaria de Estado da Segurança.

Já tendo recebido pareceres favoráveis das Comissões de Constituição e Justiça e de Segurança Pública, no âmbito desta Comissão de Educação, Cultura e Esportes, ao se analisar a proposição em tela, só temos que elogiá-la, tendo em vista que é urgente a necessidade de se estabelecer um controle maior nas academias de artes marciais, pois é de conhecimento público que jovens espancados no próprio estabelecimento, faleceram em consequência de gol-

pes aplicados pelos professores de tais academias.

Assim sendo, nosso parecer é favorável, opinando-se pela Aprovação na forma do Substitutivo Geral.

Sala das Comissões, em 07.06.95
(aa) PÉRICLES DE MELLO - Presidente
CLEITON KIELSE - Relator

SUBSTITUTIVO GERAL

PROJETO DE LEI N° 108/95

Art. 1° - Respeitadas as disposições da legislação municipal pertinente para liberação dos alvarás de localização, as academias de artes marciais deverão proceder o seu registro junto à Secretaria de Estado da Segurança Pública como condição para o seu regular funcionamento.

Parágrafo Único - Por delegação de competência, o cadastro das academias de artes marciais, no âmbito dos municípios, ficará a cargo da Delegacia de Polícia local.

Art. 2° - O registro das academias junto a Secretaria de Estado da Segurança Pública, procedendo o registro na Junta Comercial, conterà o nome, a formação técnica ou escolar e a qualificação de todos os seus sócios e de todos os seus instrutores.

Art. 3° - A Secretaria de Estado da Segurança Pública determinará inspeções semestrais nas academias, cancelando o registro daquelas que não cumpram as disposições da presente lei.

Art. 4° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.04.95.

(a) CARLOS SIMÕES

Apoiamento: Milton Pupprio, Reny Borssato, Eduardo Trevisan, Edgard Bueno, Walmor Trentini, Techy Filho, César Seleme e Edno Guimarães.

JUSTIFICATIVA:

As atividades das academias de artes marciais não podem prescindir de uma fiscalização mais presente do Poder Público. Em particular do Poder Público Estadual a quem está determinada a área de Segurança Pública.

A proliferação de academias em todo o território do Estado do Paraná faz com que aumente a nossa preocupação não por ser um assunto pertinente à Segurança do Povo somente, mas por envolver uma atividade que gera violência, direta ou indiretamente, mesmo que este não seja o objetivo precípuo dessas academias.

A falta de critérios para a atividade e o fato de não ser ministrada, na genera-

lidade, por mestres saídos das escolas, mas sim por práticos da arte física, gera a obrigação do Poder Público de acompanhar de perto o desenvolvimento dessas atividades. Não como guardião do que se pratica, porém como protetor da sociedade contra o que se forma nessas academias.

Não é regra que tais academias produzam sempre resultados negativos. Porém são inúmeros os casos destes resultados, registrados e divulgados pela imprensa falada e escrita.

O acompanhamento da atividade dessas academias, através de um registro preliminar junto à Secretaria de Estado da Segurança Pública, passará a exigir dos empreendedores destas atividades pelo menos uma preocupação e maior rigor nos seus resultados.

O que se busca é coibir abusos e manter sob controle a exploração destas atividades econômicas a ponto de permitir que não proliferem o número daqueles que se preparam não para evitar a violência, mas infelizmente para produzir violência. É a justificativa.

ITEM 05

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 295/95, de autoria do Deputado Nelson Justus, que autoriza o Poder Executivo a alterar a redação do artigo 1° da Lei 7047/78, para o efetivo da Polícia do Estado do Paraná. Com PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J., C.F. e C.S.P. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 93, de 10/08/95).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 295/95

PARECER:

O Projeto de Lei n° 295/95, de autoria do Deputado Nelson Justus, que autoriza o Poder Executivo alterar a redação do artigo 1° da Lei n° 7047/78, tem por objetivo aumentar o quadro efetivo da Polícia Militar do Estado do Paraná, criando uma vaga para Coronel Farmacêutico - Bioquímico, uma vaga para Tenente Coronel Veterinário e, uma vaga para Coronel Veterinário; vindo assim, suprir a necessidade de adequação isonômica aos profissionais com finalidade de promoção da saúde.

Entendemos que o projeto em questão, deva ter seu encaminhamento normal por tratar-se de medida justa e necessária.

Sendo nosso parecer favorável.

Sala das Comissões, em 04.09.95.

(a) JOEL COIMBRA

Presidente e Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI N° 295/95

PARECER:

Chega a esta Comissão de Finanças o Projeto de Lei em epígrafe, de autoria do

nobre Deputado Nelson Justus, que tem por objetivo aumentar o efetivo da Polícia Militar do Estado do Paraná, alterando o artigo 1º da Lei nº 7.047/78.

Tendo sido submetido à análise da douta Comissão de Constituição e Justiça, o mesmo recebeu parecer favorável.

No âmbito desta Comissão, não vislumbramos nenhum óbice à sua normal tramitação, tendo em vista tratar-se de Projeto de Lei de caráter autorizatório.

Assim, opinamos favoravelmente ao presente Projeto de Lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13.09.95.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

ÉLIO RUSCH - Relator

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

PROJETO DE LEI Nº 295/95

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Exmo. Deputado NELSON JUSTUS, tem como objetivo principal autorizar o Poder Executivo Estadual a alterar o art. 1º da Lei 7047/78, de forma a aumentar o efetivo total da Polícia Militar do Estado do Paraná.

Trazido o presente a análise desta Comissão de Segurança, somos de parecer favorável, tendo em vista que o projeto representa inegável benefício social em relação ao aumento da Segurança dos cidadãos paranaenses, objetivo fundamental do Estado do Paraná.

Outrossim, a forma "projeto autorizatório" se revela indispensável para, numa esfera de poderes legislativos restrita como a competência do Estado na Federação, introduzir ao Poder Executivo metas e exercer o diálogo Sociedade Civil-Sociedade Política.

Pelo exposto, é de se recomendar aos Nobres Pares desta Egrégia Casa de Leis a aprovação do projeto "sub examine".

É o parecer.

Sala das Comissões, em 05.10.95.

(aa) RICARDO CHAB - Presidente

ÂNGELO VANHONI - Relator

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a mesa requerimentos nºs 3032 e 3033, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. Apro-

vados. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3034 a 3039, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3040, 3041, 3049, 3051 e 3061, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3047 e 3048, de autoria do Senhor Deputado Péricles de Mello, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3055, 3056 e 3059 de autoria do Senhor Deputado Sérgio Spada, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3054, de autoria dos Senhores Deputados Péricles de Mello e Luiz Cláudio Romanelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3053, de autoria do Sr. Deputado Joel Coimbra, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2996, de autoria do Senhor Deputado José Maria Ferreira, constante do expediente de sessão anterior. **Retirado pelo autor.**

Requerimento nº 3057, de autoria do Senhor Deputado Antonio Annibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 18, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 048/95, e dos de Lei nºs 062, 080, 081, 108 e 295/95.

Convoca ainda os Senhores Deputados para a sessão solene de outorga do Título de Cidadão Benemérito do Paraná ao Senhor Pedro Muffato, hoje, às 16:00 horas.

Levanta-se a sessão.